



ACADEMIA MILITAR

A Formação de oficiais na AM: perspetivas dos oficiais de Infantaria

Luís Carlos Martins da Silva
Aspirante Aluno de Infantaria

Orientador: Professora Doutora Ana Maria Romão

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto de 2012



ACADEMIA MILITAR

A Formação de oficiais na AM: perspetivas dos oficiais de Infantaria

Luís Carlos Martins da Silva
Aspirante Aluno de Infantaria

Orientador: Professora Doutora Ana Maria Romão

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto de 2012

Dedicatória

Ao TCor Matos Luís, coorientador inicial deste trabalho,
E que infortunadamente não pôde dar o seu contributo.
Aos meus pais, avó, irmã e principalmente à Sónia, pelo tempo que não lhes dediquei.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar à Professora Doutora Ana Romão por toda a competência, disponibilidade e acima de tudo pela coragem e compreensão transmitidas ao longo do desenvolvimento do trabalho, sem os quais a realização do mesmo não teria sido possível. Provou mais uma vez as qualidades que lhe são reconhecidas pelos seus alunos logo enquanto professora.

Agradeço ao Tenente Coronel Pinto da Silva pela disponibilidade e abertura na revisão do trabalho, pelas orientações dadas e falhas apontadas.

Agradeço ao Tenente Coronel Gualdino Antão pela pronta disponibilidade para ser entrevistado, e pelas orientações fornecidas para a realização do trabalho.

Agradeço à Professora Sofia Menezes pela pronta disponibilidade na revisão e correção de falhas existentes no Abstract.

Agradeço ao Coronel Batalha da Silva, ao Tenente Coronel Mário Álvares e ao Capitão Nuno Marçal por se terem prontificado a fornecer-me entrevistas, sem as quais não seria possível complementar o estudo.

Agradeço a todos os oficiais subalternos que se prontificaram a preencher o questionário e se disponibilizaram para tudo mais que fosse necessário, em especial o Tenente Paulo Miranda, o Tenente Hugo Brigas, o Tenente Leonel Nogueira e o Alferes Moio Pereira.

Agradeço à Dona Paula pela simpatia e disponibilidade e colaboração essencial na pesquisa bibliográfica.

Agradeço a todos os professores e oficiais envolvidos na minha formação, sem os quais não seria hoje a pessoa e o militar que sou.

Agradeço aos meus vinte e um bravos companheiros de curso, com os quais partilhei a minha vida ao longo destes cinco anos, e que para mim sempre serão como irmãos. *Ad Unum*

A todos aqueles, que embora não estando aqui mencionados, não deixaram de ser essenciais nesta caminhada e mais particularmente neste trabalho.

Resumo

Os atuais cenários de atuação e os esperados para o futuro são cada vez mais exigentes para os militares, e sobretudo para os comandantes. Nesse sentido, as instituições de ensino militar, e muito particularmente a Academia Militar faz assentar a sua formação em três vetores principais: a formação académica, a formação militar e comportamental e o treino físico.

Com a pesquisa realizada, pretende-se aferir o que pensam os jovens oficiais (designadamente os subalternos) da formação recebida na AM, tendo em conta a importância relativa que atribuem aos vetores formativos no âmbito do desempenho de funções para as quais foram preparados.

Este estudo demonstra as perspetivas dos subalternos, mas apresenta também, ainda que muito sumariamente, o ponto de vista de alguns oficiais envolvidos na formação. Dividiu-se para isso o trabalho em duas partes essenciais: uma primeira parte de índole mais teórico, onde se suporta o estudo e uma segunda parte eminentemente prática, baseada em questionários e entrevistas que permitiram obter dados quantitativos e qualitativos, respetivamente.

Analisando os questionários aplicados, verifica-se que os subalternos mostram alguma discordância em relação às componentes da formação recebida, nomeadamente no que toca ao balanceamento nas três áreas anteriormente descritas e quanto ao peso de algumas áreas disciplinares. Estas perspetivas divergem, em alguns aspectos, das que foram apuradas através das entrevistas a oficiais ligados à formação.

Palavras-chave: perspetivas, oficiais, formação, currículo, Academia Militar

Abstract

The current action scenarios as well as the scenarios expected for the future are becoming more and more demanding for the military personnel, mainly for those with command responsibilities. Thus, the institutions of military training and the Military Academy in particular, focus their training upon three main areas: the academic training, the military and behavioral training and the physical training.

The present research intends to evaluate what young officers (namely junior officers) think about the training received at the Military Academy, taking into account the importance they confer to the different training areas regarding their own performance in terms of the tasks they must be proficient.

This study shows the perspectives of junior officers, and also presents, though very briefly, the points of view of some officers involved in the training. Hence, the study is divided into two main parts: the first and more theoretical part which supports the study; the second and more practical part, based on surveys and interviews which have given rise to the quantitative and qualitative data.

Through the analysis of the questionnaires, some conflicting points regarding the components of training became visible amongst junior officers, particularly those concerning the balance between the three areas described above and the amount of training received in some scientific areas. These perspectives differ in some aspects of which were cleared through interviews with officials linked to training.

Keywords: perceptions, officers, training, curriculum, Academia Militar

“Os dias prósperos não vêm por acaso;
são granjeados, como as searas,
com muita fadiga
e com muitos intervalos de desalento.”

Camilo Castelo Branco

Índice Geral

ÍNDICE DE FIGURAS.....	IX
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES.....	XI
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	XII
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Nota introdutória	1
1.2. Enquadramento e justificação do tema.....	2
1.3. Questões de investigação	3
1.4. Hipóteses	3
1.5. Delimitação do tema	4
1.6. Objetivos de Investigação.....	4
1.7. Metodologia da Investigação.....	5
1.8. Organização do trabalho.....	6
CAPÍTULO 2 – REVISÃO DE LITERATURA	8
2.1. Ensino e Formação nas Forças Armadas.....	8
2.1.1 Formação.....	9
2.1.2. Treino	10
2.2. Missões do Exército.....	10
2.3. A evolução dos cenários de atuação	12
2.4. As exigências dos novos cenários de atuação para os oficiais	12
2.5. Cargos, funções e atividades típicas dos oficiais subalternos.....	14

2.6.	O Ensino Superior.....	15
2.6.1.	Organização.....	15
2.6.2.	O Ensino Superior Militar.....	15
2.6.3.	O Processo de Bolonha.....	15
2.6.4.	A Academia Militar - Apresentação.....	16
2.6.4.1.	Os Cursos.....	17
2.6.4.2.	O Curso de Infantaria.....	18
2.7.	Equilíbrios entre opções de formação: breve apontamento.....	20
 CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS		23
3.1.	Método de abordagem; técnicas, métodos e procedimentos	23
3.2.	Questionários.....	24
3.2.1	População e Amostra.....	24
3.2.2	Instrumentos de pesquisa, recolha e tratamento de dados.....	24
3.3.	Entrevistas	25
 CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....		27
4.1.	Inquéritos por questionário	27
4.1.1.	Caracterização sociodemográfica.....	27
4.1.2.	Locais de colocação	29
4.1.3.	Funções e missões no estrangeiro	29
4.1.4.	Percurso na formação	31
4.1.5.	Resultado dos inquéritos	33
4.2.	Entrevistas	43
 CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....		49
5.1.	Resposta às perguntas derivadas / verificação das hipóteses.....	49
5.2.	Resposta à pergunta central.....	51
5.3.	Dificuldades e limitações	52

5.4. Recomendações e investigações futuras	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
APÊNDICES.....	57
Apêndice A – Questionário	57
Apêndice B – Guião da Entrevista	62
Apêndice C – Determinação da margem de erro e da validade do estudo.....	67
ANEXOS	68
Anexo A – Declaração de Bolonha	68
Anexo B – Plano de Estudos do Curso de Infantaria (2008).....	71

Índice de Figuras

Figura 1 - Metodologia da investigação seguida	5
Figura 2 - Distribuição dos tempos escolares por departamentos (%)	19
Figura 3 - Relação entre a percentagem de tempos escolares e de ECTS, por Departamentos	20
Figura 4 – Distribuição dos indivíduos, por idade.....	27
Figura 5 - Estado civil dos inquiridos (%).....	28
Figura 6 - Distribuição por distrito de nascença / onde reside	28
Figura 7 – U/E/O de colocação dos indivíduos e distância ao local de residência	29
Figura 8 – Distribuição da amostra por postos (%).....	30
Figura 9 – Percentagem dos Subalternos que já participaram em missões no estrangeiro .	31
Figura 10 - Percentagem dos alunos que repetiram / não repetiram anos da AM.....	31
Figura 11 – Percentagem da classificação final por valores.....	32
Figura 12 - Percentagem dos inquiridos com cursos de tropas especiais.....	32
Figura 13 - Perceção quanto à carga horária	33
Figura 14 - Perceção quanto aos conhecimentos em cultura geral.....	34
Figura 15 - Participação nas ACE's	35
Figura 16 - Dificuldades sentidas na elaboração dos TIA.....	35
Figura 17 - Perceção quanto ao peso dos vários grupos.....	36
Figura 18 - Áreas onde deveria haver reforço de treino físico	37
Figura 19 - Dificuldades em trabalhar com meios informáticos	37
Figura 20 - Perceção quanto ao desembaraço em língua inglesa	38
Figura 21 - Valores de fiabilidade, segundo vários autores	39
Figura 22 - Perceção quanto à formação nas cadeiras dos vários departamentos	40
Figura 23 - Importância das várias cadeiras para o subalterno de Infantaria	41
Figura 24 - Comparação entre as médias dos departamentos e das cadeiras de cada departamento	43

Índice de Quadros e Tabelas

Tabela 1 - Distribuição dos subalternos por funções e por cursos.....	30
Quadro 1 - Formação teórica vs formação prática.....	43
Quadro 2 - Bases para progressão na carreira.....	43
Quadro 3 - Peso dos vários grupos na classificação final.....	44
Quadro 4 - Tempo investido nas Ciências Sociais e nas Ciências Exatas.....	45
Quadro 5 - Ensino da Língua Inglesa.....	45
Quadro 6 - Cadeiras a acrescentar ou retirar ao currículo.....	46
Quadro 7 - Carga horária.....	47
Quadro 8 - Frequência de ACE's.....	47

Lista de Anexos e Apêndices

Apêndices

Apêndice A – Questionário

Apêndice B – Guião da Entrevista

Apêndice C – Determinação da margem de erro e da validade do estudo

Anexos

Anexo A – Declaração de Bolonha

Anexo B – Plano de Estudos do Curso de Infância

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ACE's	Atividades Circum Escolares
AFA	Academia da Força Aérea
AM	Academia Militar
BG	Battlegroup
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CPAE	Centro de Psicologia Aplicada do Exército
ECTS	European Credit Transfer And Accumulation System
EESPM	Estabelecimentos de Ensino Superior Policial e Militar
EN	Escola Naval
ESSM	Escola Superior de Saúde Militar
ESPUM	Ensino Superior Público Universitário Militar
EUA	Estados Unidos da América
DGES	Direção-Geral do Ensino Superior
GNR	Guarda Nacional Republicana
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna
Km	Quilómetros
NRF	NATO Response Force
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
RGIE	Regulamento Geral de Instrução do Exército
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TPOI	Tirocínio para Oficial de Infantaria
U/E/O	Unidade, Estabelecimento ou Órgão
UC's	Unidades Curriculares

Capítulo 1

Introdução

1.1. Nota introdutória

O Mestrado em Ciências Militares da Academia Militar (AM) na especialidade de Infantaria é composto por cinco anos de formação, sendo o último destes designado de Tirocínio para Oficial de Infantaria (TPOI). Este último ano articula-se em duas fases distintas, sendo elas a Formação geral militar técnica e tática da arma de Infantaria e o Estágio de natureza profissional. Por sua vez, esta última fase compreende a Prática de comando e o Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), equiparado a uma Dissertação de Mestrado de uma universidade civil, e que irá conferir aos alunos o grau de Mestre.

O tema deste projeto incide sobre as perspectivas dos oficiais de Infantaria relativamente à formação recebida na Academia Militar. O TIA visa o desenvolvimento de competências metodológicas no âmbito da investigação e pesquisa num tema previamente sujeito a aprovação, devendo o aluno "produzir um trabalho que, em teoria, os outros estudiosos do ramo não deveriam ignorar, porque diz algo de novo (Eco, 2009, p. 29).

Este primeiro capítulo visa enquadrar o tema do trabalho e apresentar uma breve justificação do porquê da sua escolha. São ainda apresentadas a pergunta de partida, as perguntas derivadas resultantes da bifurcação da primeira e as respetivas hipóteses formuladas para responder às várias questões. Seguidamente é explicado o caminho para a delimitação do tema, os objetivos que se pretendem atingir com a realização deste estudo e apresentada uma breve exposição da metodologia utilizada bem como dos capítulos em que o trabalho se encontra decomposto.

1.2. Enquadramento e justificação do tema

Segundo a Lei n.º 38/2007 de 16 de Agosto, todas as instituições de ensino superior, incluindo as de ESPUM¹, devem ser, obrigatoriamente, objecto de um processo de avaliação da qualidade, baseado em autoavaliação e em avaliação externa, sendo um dos parâmetros avaliados a capacidade da instituição para se autoavaliar e para desenvolver uma estratégia para o futuro”. (Bravo, 2008, p. 111)

Como adiantado no parágrafo acima, as instituições de ensino superior são alvo de avaliação interna e de avaliação externa, como acontece também com a Academia Militar. No final do seu curso, os alunos tirocinantes preenchem também inquéritos que são posteriormente tratados de forma a se obterem feedbacks sobre a formação recebida. No entanto, os alunos finalistas dão a sua opinião acerca da formação sem terem estado ainda a desempenhar as funções respetivas de subalterno de Infantaria. Importa deste modo obter apreciações dos subalternos que estão já no terreno, na medida em que estão a aplicar as competências desenvolvidas na formação.

Este projeto aborda as perspectivas dos oficiais subalternos de Infantaria em relação à formação obtida na Academia Militar, procurando apurar a satisfação quanto às várias áreas de formação.

Segundo Tukman (2010, p.55), um problema deverá ser praticável, ter amplitude crítica, ser interessante, e ter valor teórico e prático.

Relativamente à praticabilidade, apesar de o tempo de dedicação exclusiva a este trabalho ser relativamente curto, acredita-se que se irá conseguir chegar a tempo às conclusões que se pretendem retirar da realização do trabalho, a metodologia a ser utilizada (ver ponto 1.7. Metodologia da Investigação) é compreensível e atingível e fundamentalmente, há razão para crer que se chegará a uma resposta para o problema.

No que toca à amplitude crítica, o trabalho tem inegável alcance para ser ambicioso e aliciante o necessário, e há uma quantidade suficiente de variáveis a estudar.

Relativamente ao interesse, o tema está relacionado com os interesses do autor, quer imediatos, quer previsivelmente futuros.

Por fim, relativamente ao valor teórico e prático, o problema preenche uma lacuna nos estudos já existentes, dado que não existem feedbacks dos subalternos que já estão no terreno, pretendendo-se obter pareceres que estabeleçam guias para futuras reestruturações do currículo do curso de Infantaria.

¹ Ensino Superior Público Universitário Militar

1.3. Questões de investigação

De modo a focalizar o estudo, foi elaborada a seguinte questão central, sobre a qual se debruçará o estudo: **Quais as perspetivas dos subalternos de Infantaria em relação à formação inicial recebida na Academia Militar?**

Para responder à questão central, foram levantadas as seguintes questões derivadas:

1. A frequência de ACE's (atividades circun escolares) prejudica de tal modo o estudo que deva ser eliminada?
2. O peso dos vários grupos na classificação encontra-se devidamente ajustado ao tempo despendido pelos alunos nas referidas áreas, bem como à importância que as mesmas têm para o desempenho das futuras funções de oficial de Infantaria?
3. O atual balanceamento entre as várias áreas da formação académica é o adequado às necessidades do desempenho das funções futuras?
4. O ensino da língua Inglesa permite aos alunos expressarem-se e entenderem a língua?
5. A Academia Militar fornece aos seus alunos suficientes conhecimentos no âmbito do trabalhar com meios informáticos?
6. Os alunos possuem tempo e conhecimentos suficientes para o desenvolvimento do seu trabalho final de curso?

1.4. Hipóteses

Sendo a investigação “uma tentativa sistemática de atribuição de respostas às questões” (Tuckman, 2000, p.5), e de modo a responder às questões derivadas anteriormente colocadas, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

1. A frequência de ACE's retira tempo ao estudo, no entanto, não deve ser eliminada.
2. Deveria ser dada mais importância ao treino físico e militar e à formação comportamental em detrimento da formação académica.
3. A formação deveria incidir mais sobre as áreas especificamente militares.
4. Os oficiais possuem conhecimentos que lhes permitem, quando necessário, comunicar em Inglês.

5. Os oficiais sentem alguma dificuldade em trabalhar com os meios informáticos.
6. O tempo escasso é a principal dificuldade que os alunos têm para o desenvolvimento do seu TIA, bem como pouco conhecimento de metodologia científica.

1.5. Delimitação do tema

Embora fosse interessante estudar as perspectivas de todos os postos em relação à formação recebida, ao restringir o campo de estudo, o trabalho é efetuado com mais segurança (Eco, 2006, p.39) porque, havendo um tão grande número de questões a investigar, deve o investigador efetuar uma adequada delimitação dos problemas correspondentes às suas capacidades (Tuckman, 2010, p. 40)

Outros fatores, e não menos importantes, que levaram a centrar o universo de observação nos oficiais subalternos, residem no facto de os restantes oficiais possuírem já outros cursos de progressão na carreira e estarem também já muito distanciados da formação recebida na AM, o que poderia alterar as suas perceções. Note-se, porém, que alguns dos oficiais subalternos incluídos no estudo realizaram entretanto o Curso de Promoção a Capitão, mas a análise dos dados dará conta dessas situações, quando tal for relevante.

1.6. Objetivos de Investigação

O objectivo central desta pesquisa consiste em apurar que perspectivas manifestam os oficiais subalternos quanto à sua formação inicial, procurando-se encontrar os aspectos que no entender destes constituem pontos fortes ou vulnerabilidades.

A concretização deste objectivo central implica prosseguir outros objectivos específicos, designadamente: caracterizar o ensino ministrado na Academia Militar, nas suas componentes: académica, física, militar e comportamental; verificar quais as áreas do conhecimento que os oficiais subalternos de Infantaria consideram mais importantes para o desempenho das suas funções; comparar os resultados obtidos entre os cursos que terminaram a AM em diferentes anos, e ainda segundo as diferentes experiências profissionais.

1.7. Metodologia da Investigação

De forma a dar cumprimentos aos objetivos da investigação, foram efetuadas leituras e entrevistas exploratórias, como estabelece Quivy e Campenhout (2008, p. 39) no intuito de delimitar o tema e estabelecer a problemática. Estas leituras exploratórias foram maioritariamente efetuadas em livros e publicações existentes na biblioteca da AM, mas também em outras bibliotecas civis, assim como em fontes digitais. Quanto às entrevistas exploratórias, estas tiveram caráter informal, e foram efetuadas a Oficiais da AM ligados à formação e/ou que tivessem estado envolvidos em estudos semelhantes anteriormente efetuados.

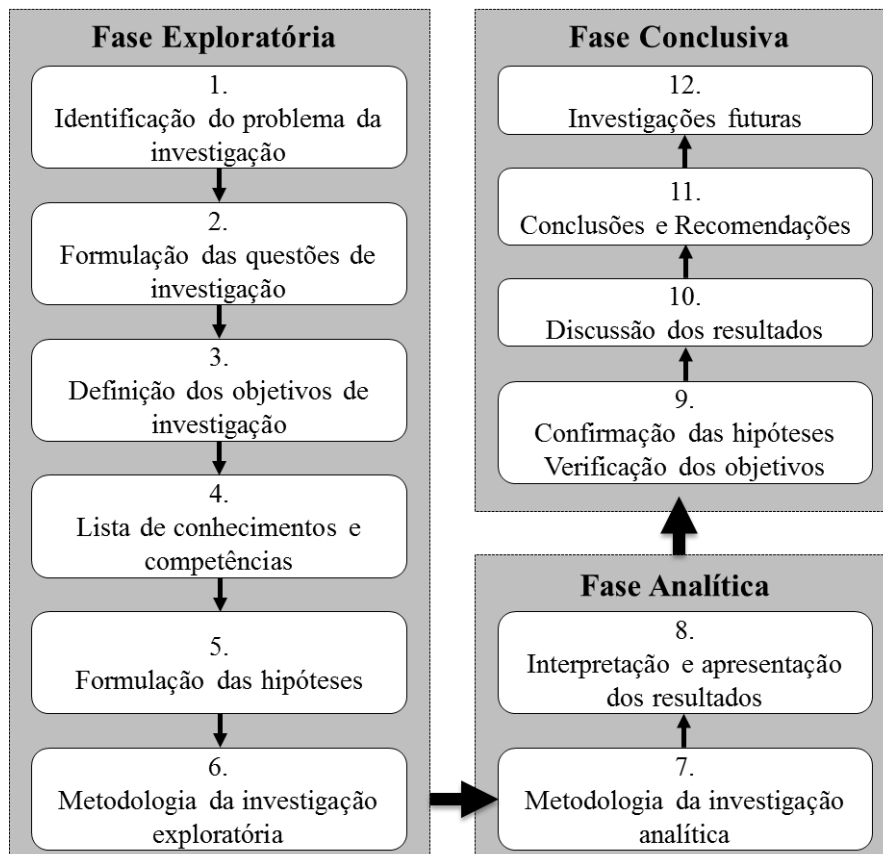


Figura 1 - Metodologia da investigação seguida
 Fonte: Sarmento, 2008, p. 9

De um tema inicialmente tanto vasto como complexo começou então a desenhar-se a problematização. O estudo teórico, associado às questões formuladas, permitiu então

formular hipóteses para cada questão dado que “ (...) uma teoria constitui uma fonte prestimosa de hipóteses para os investigadores testarem.” (Tuckman, 2010, p.105).

Foram então elaborados os instrumentos de recolha de dados que possibilitassem obter a informação necessária para confirmar ou refutar as hipóteses elaboradas. Os dados foram posteriormente tratados e interpretados, e por fim contrapuseram-se estes dados às hipóteses levantadas. Seguiu-se em suma, o processo simplificado na Figura 1.

1.8. Organização do trabalho

Este trabalho encontra-se organizado em cinco Capítulos encadeados retratando cada um uma parte distinta, mas indissociável dos restantes.

O Capítulo 2 apresenta sumariamente o estudo teórico efectuado. Neste capítulo, são distinguidos vários termos que no senso comum se configuram como sinónimos mas que na realidade designam coisas distintas, são apresentados os cenários de intervenção militar atuais e futuros, bem como as exigências que os mesmos comportam para os oficiais.

Seguidamente, são tipificados os cargos e funções típicas desempenhadas pelos oficiais subalternos. Ainda neste capítulo é efectuada uma súmula da organização do Ensino Superior para enquadrar a especificidade da AM na rede de ensino. Além de uma breve apresentação da AM, far-se-á a caracterização dos Cursos atualmente existentes, detalhando-se o Plano de Estudos do Curso de Infantaria². Por último, referência ao binómio entre o ensino das ciências sociais e humanas e das ciências exatas e naturais.

No Capítulo 3 apresenta-se a metodologia utilizada para o trabalho prático, bem como identificados, justificados e descritos os instrumentos utilizados, nomeadamente os inquéritos por questionário e as entrevistas.

O Capítulo 4 configura-se como o núcleo do trabalho, visto ser a parte onde são apresentados e discutidos os resultados que vão responder às questões de investigação levantadas. É feita uma descrição da população no que toca aos questionários, bem como o apuramento dos respectivos resultados e apresentam-se quadros-resumo das respostas às entrevistas efectuadas.

² Ver Anexo B – Plano de Estudos do Curso de Infantaria

Por último, no Capítulo 5, apresentam-se as respostas às perguntas derivadas e respetiva confirmação ou negação das hipóteses colocadas, bem como se responde à pergunta central. Termina-se com uma referência às dificuldades maiores e às limitações da investigação, procurando-se sugerir recomendações para futuros estudos.

Capítulo 2

Revisão de Literatura

2.1. Ensino e Formação nas Forças Armadas

Importa antes de mais distinguir o conceito de “formação” de outros que muitas vezes são confundidos numa linguagem corrente, tais como ensino, instrução ou treino, conceitos que se encontram expostos no Regulamento Geral de Instrução do Exército (RGIE, 2002).

Segundo o EMFAR³ (2005), “o ensino ministrado em estabelecimentos militares tem como finalidade a habilitação profissional do militar, a aprendizagem de conhecimentos adequados à evolução da ciência e da tecnologia e, bem assim, ao seu desenvolvimento cultural”. É o desenvolvimento geral do indivíduo, através da estimulação do desenvolvimento da capacidade de raciocínio e de reflexão, da memória, do espírito e análise críticas, da criatividade e da inovação. Os seus objetivos são a longo prazo, sendo portanto um processo educativo continuado, e encontra-se integrado no sistema educativo nacional.

Entende-se por “instrução” o conjunto das atividades e processos que têm por finalidade o desenvolvimento das capacidades humanas de uma determinada instituição, para que os seus objetivos sejam cumpridos, bem como a valorização dos seus recursos humanos (RGIE, 2002, p. 1-1). Por outras palavras, é o processo de proporcionar aos formandos as ferramentas necessárias para a aquisição e desenvolvimento de atitudes, perícias ou conhecimentos. A instrução divide-se em três componentes distintas:

³ Estatuto dos Militares das Forças Armadas

2.1.1 Ensino

Esta componente encontra-se inserida no sistema de ensino nacional, traduzindo-se no desenvolvimento geral do indivíduo, através do estímulo da sua capacidade de raciocínio, memória ou criatividade, e tem resultados a longo prazo.

2.1.2 Formação

Segundo Berbaum (1993), formação é a “intervenção que visa contribuir para a emergência de uma resposta comportamental nova”. A formação tem como objectivo a aquisição de saberes, de capacidades e de qualidades pessoais, exigidas para o desenvolvimento de uma função específica. No caso da Formação das Forças Armadas, em particular no Exército, podemos considerar as seguintes subdivisões:

Instrução Militar

“Conjunto de atividades de formação destinado a ministrar os conhecimentos essenciais aos militares que ingressam no Exército, por forma a permitir a sua integração na organização, a sobrevivência no campo de batalha e o desempenho de uma função” (RGIE, 2002, p.1-4). Ou seja, configura-se como os conhecimentos mínimos de base essenciais a qualquer militar.

Formação Contínua

“Conjunto de atividades de formação que visa fornecer as capacidades necessárias para o desempenho de uma função ou exercício de cargo específicos, de âmbito técnico ou operacional ou de nível hierárquico superior” (RGIE, 2002, p.1-4). A formação contínua, ao contrário da instrução militar (de carácter geral) é direccionada para o desempenho de uma função específica.

Formação Profissional

“Conjunto de atividades de formação escolar e técnica que consiste em ministrar os conhecimentos e as competências profissionais que visam satisfazer as necessidades do Exército e a integração dinâmica dos militares no mundo do trabalho.” (RGIE, 2002, p.1-4). Esta formação está mais virada para o enquadramento do militar no seu posto de trabalho dentro da organização.

2.1.3. Treino

Permite aperfeiçoar as capacidades, saberes ou aptidões obtidas através das duas primeiras componentes (ensino e formação), através da sua prática sistemática e planeada. Pode ser efetuado individualmente ou em grupo.

Segundo o EMFAR (2005), os cursos ministrados na Academia Militar⁴, são designados de Cursos de formação inicial porque habilitam o militar a ingressar numa determinada categoria.

O Tirocínio para Oficial de Infantaria designa o último ano de formação dos alunos do Curso de Infantaria, e visa complementar a formação essencialmente teórica recebida na Academia com uma componente mais prática, própria da arma, assim como os conhecimentos técnicos e a formação militar necessária para o desempenho das funções próprias do seu posto.

2.2. Missões do Exército

A missão fundamental do Exército é assegurar a componente terrestre da defesa militar do território nacional, tendo a seu cargo a geração, sustentação e preparação das forças necessárias. Compete ainda ao Exército colaborar nas missões internacionais necessárias ao cumprimento dos compromissos do Estado no âmbito das organizações internacionais de que Portugal faça parte, participar em missões no exterior com vista à salvaguarda dos interesses dos portugueses, participar em missões de cooperação técnico-militar, cooperar com as forças e serviços de segurança e colaborar em missões de proteção civil e de melhoria da qualidade de vida das populações (Decreto-Lei nº 231, 2009).

Genericamente, as missões típicas do Exército podem agrupar-se em três vetores essenciais, sendo eles o assegurar da componente terrestre da defesa do território nacional, a participação em missões no âmbito de compromissos internacionais e a participação em missões de interesse público.

O Exército passou a estar organizado num conjunto de forças que compreendem meios ligeiros, médios e meios pesados, por forma a se conseguir atuar em todo o espectro das operações militares.

⁴ Onde se inclui o Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria.

O Exército passou a ter obrigatoriamente que conseguir efetuar o empenhamento sustentado de uma força de escalão batalhão em três teatros de operações⁵ simultâneos (um em conflito de alta intensidade e outro em missões humanitárias e de apoio à paz) ou em alternativa de uma força de escalão brigada num único teatro de operações, mas para todo o espectro de operações. Para além disso, passou a ter que possuir permanentemente disponíveis forças de operações especiais e elementos de Estado-Maior, meios aéreos orgânicos para uma unidade de escalão batalhão, e ainda possuir meios que garantam a defesa antiaérea de pontos críticos no território nacional. A capacidade de projeção de forças ganha cada vez mais ênfase, dado que a probabilidade maior de atuação deixou de ser a defesa das fronteiras, mas sim a atuação conjunta e combinada em países terceiros. (Estado Maior do Exército, 2011).

Deste modo, o país passou a ter que possuir forças capazes de serem empregues em cenários de conflito de alta intensidade, sem restrições de emprego, participação de forças na NATO Response Force (NRF) e nos Battlegroups (BG) da União Europeia e ainda equipas para apoio à formação nas Forças Armadas e de Segurança nos países em crise, como por exemplo no Afeganistão, Uganda ou nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A visibilidade do Exército junto da opinião pública passou a ser também preocupação central, sendo empregues meios em ações de apoio à população, ou em situação de calamidade⁶ ou catástrofe⁷, tais como no abastecimento de água em período de seca ou no combate a incêndios, ação esta que está cada vez mais em voga. O Exército, e muito especialmente a Academia Militar passou a colaborar também com entidades civis na realização de atividades culturais e científicas, sendo portanto essencial ao oficial demonstrar excelência na formação que recebeu (Estado Maior do Exército, 2011).

Numa frase, as Forças Armadas (e incluindo o Exército) têm de ser “capazes de combater, preparadas para ajudar” (Vieira, 2001).

⁵ “O teatro de operações é a parte do teatro de guerra necessária à condução ou apoio das operações de combate” (Exército, 2012, p. B-23).

⁶ “É uma situação declarada face à ocorrência ou iminência de ocorrência de um acidente grave e/ou catástrofe, e à sua previsível intensidade. A declaração é feita em resultado do reconhecimento da necessidade de adotar medidas de carácter excepcional destinadas a prevenir, reagir ou repor a normalidade das condições de vida nas áreas atingidas pelos seus efeitos” (Exército, 2012, p. B-6).

⁷ “É o acidente grave ou a série de acidentes graves suscetíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afetando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em áreas ou na totalidade do território nacional” (Exército, 2012, p. B-6)..

2.3. A evolução dos cenários de atuação

Os Exércitos dos países desenvolvidos mantiveram, desde o final da Guerra Fria, uma tendência para a diminuição gradual da quantidade de militares, compensando este facto com uma grande pulo qualitativo das capacidades. Este salto qualitativo fica a dever-se em grande parte a dois vetores essenciais: a transição para um modelo profissional, e a digitalização da força, onde o domínio da informação é cada vez mais essencial (Telo, 2008, pp.3-4).

A inadequação social, económica e tecnológica do modelo do nosso Exército, a par do fim do Serviço Efetivo Normal levou a que se procedesse a uma profunda transformação na instituição. A instabilidade internacional e os conflitos persistentes, a globalização e o avanço tecnológico, a urbanização, a instabilidade e as alterações climáticas mudaram o espectro de operações. O Exército teve que se adaptar a todas estas mudanças, onde se destaca também a proliferação da guerra irregular conduzida por uma grande diversidade de organizações que pretendem aumentar o seu poder através da atividade armada, e onde se incluem organizações ligadas ao narcotráfico, grupos terroristas internacionais, grupos de tráfico humano e de imigração ilegal, redes de banditismo organizado (Telo, 2008, p. 5). A par destes “atores ilegais”, há que referir ainda outros “atores legais”, tais como a presença de Organizações não-governamentais e de Empresas Militares Privadas. (Telo, 2008, p. 5).

A fronteira entre paz e guerra passou a ser cada vez mais ténue e mais frágil, e os conflitos ganharam carácter assimétrico (onde as forças em confronto possuem capacidade muito desniveladas), ao mesmo tempo que os danos colaterais são cada vez menos aceitáveis. A probabilidade de participação das Forças Armadas como resposta a uma invasão das nossas fronteiras decresceu desde o final da Guerra Fria, e por outro lado houve uma crescente participação dos militares portugueses em Operações de Resposta a Crise e Missões de Cooperação Técnico-Militar (Nicau, 2009, p. 34).

2.4. As exigências dos novos cenários de atuação para os oficiais

Como referido, e dado não existir uma provável ameaça direta à integridade do território, cabe ao Exército manter-se pronto para atuar. Portanto, as forças devem manter-se também prontas para participar em missões de resposta a crise e em missões de

cooperação técnico-militar com outros países, mas também em missões de interesse público (Silva, 2006, p.17).

As forças militares prosseguirão no caminho da modernização, marcada pela crescente sofisticação tecnológica, onde as tecnologias de informação e comunicação são cada vez mais vitais. Aos oficiais, portanto, será indispensável elevado conhecimento no âmbito da utilização das tecnologias de informação e comunicação, tendo que possuir cada vez mais agilidade mental e maior capacidade de adaptação, assim como devem estar preparados “para enfrentar múltiplas ameaças ao mesmo tempo” (Pena, 2010).

Segundo Vieira (2001), os oficiais terão que ser bons estudantes, bons diplomatas e bons comunicadores. Na vertente de estudante, os oficiais deverão manter-se permanentemente atualizados para além dos cursos de promoção, e expandir o seu conhecimento para áreas tais como as Relações Internacionais, o Direito Internacional, a Economia, Sociologia ou Estratégia, devendo complementar a sua formação em instituições civis. A vertente de comunicação ganha maior ênfase com a crescente participação em operações conjuntas⁸ e combinadas⁹ e com a mediatização dos conflitos, a maioria deles à escala internacional. Os jornalistas estão cada vez mais em cima do acontecimento, e as notícias chegam no momento à sociedade. Deste modo, o oficial deverá estar permanentemente pronto para prestar declarações e estar elucidado de como o deve fazer. A vertente de diplomata refere-se à necessidade de diálogo com os políticos, dada a sua supremacia sobre os militares, devendo por vezes o oficial ter que agir como um diplomata. (Vieira, 2001).

A instituição militar passou a contar nas suas fileiras com cada vez mais pessoal civil, que acompanhada de uma diminuição da distância entre postos requer que o oficial seja cada vez menos comandante, e cada vez mais líder. Deste modo, a capacidade de liderança e persuasão são cada vez mais essenciais pois o soldado do presente questiona cada vez mais as ordens que lhe são dadas, devendo para isso os oficiais possuir apuradas capacidades de liderança (Vieira, 2001)

Resumindo, os oficiais terão que possuir cada vez mais formação numa multiplicidade de áreas tal, que lhe possibilite uma relativamente fácil capacidade para se adaptarem ao meio.

⁸ “As operações conjuntas são definidas como operações nas quais podem estar envolvidos elementos de mais do que um ramo, podendo envolver forças aéreas, espaciais, navais, anfíbias, terrestres ou de operações especiais” (Exército, 2012, p. B-17).

⁹ “Operações conduzidas por forças de duas ou mais nações, normalmente integradas numa aliança ou coligação” (Exército, 2012, p. B-17).

2.5. Cargos, funções e atividades típicas dos oficiais subalternos

Genericamente, as funções dos oficiais consistem no treino, comando e coordenação de tropas com vista à execução das missões incumbidas. O treino inclui a preparação física, técnica e tática. A função de comando consubstancia-se no cumprimento de ordens e a coordenação consiste na gestão dos subordinados de modo a garantir o cumprimento da missão coletiva. (Silva, 2006, p.39)

Particularmente aos oficiais subalternos cabem as funções de comando de pequenas unidades ou de instrução (de acordo com o EMFAR (2005) e RGSUE (2005)):

- a. Auxiliar direto do comandante de companhia, e eventualmente comandante de companhia;
- b. Comando de subunidade de escalão pelotão ou equivalente
- c. Funções de formação e de caráter técnico da sua especialidade, tático ou administrativo;
- d. Funções de instrução.

Um subalterno desenvolve as seguintes atividades-tipo: planeamento, emprego técnico e tático, capacidade de tomada de decisão, difusão e comunicação de ordens, segurança, liderança, gestão de recursos, planear e ministrar formação e manutenção da condição física (RGSUE, 2005, p.7).

Os oficiais subalternos constituem-se como auxiliares imediatos do comandante de companhia, coadjuvando-o em todos os assuntos que assim o exijam e devem estar permanentemente a par das condições dos seus subordinados, nomeadamente condição física e psicológica (RGSUE, 2005, pp. 7-8).

Quando na função de adjunto do comandante de companhia, compete-lhe (entre outros) auxiliar o comandante de companhia principalmente em assuntos administrativos, desenvolver os serviços relativos a escriturações, verificar os serviços de limpeza e comunicar ao comandante de companhia quaisquer ocorrências extraordinárias, presidindo às formaturas onde não se encontre o comandante de companhia. Deve apresentar ao comandante de companhia os documentos que tenham que ser assinados e transmitir pretensões dos inferiores, dar conhecimento ao pessoal da companhia das ordens de serviço, e ainda coordenar o reencaminhamento da correspondência, em coordenação com a secretaria da companhia (RGSUE, 2005, p.7).

2.6. O Ensino Superior

2.6.1. Organização

Segundo Simão (2003), “O sistema de ensino superior em Portugal apresenta um sistema de ensino dual, em que concorrem o ensino superior universitário e o ensino politécnico e que por sua vez, incluem as vertentes de ensino público e privado.”, o que está de acordo com o estipulado pela Direção-Geral do Ensino Superior (DGES).

2.6.2. O Ensino Superior Militar

Incluídos no ensino superior público, encontram-se os Estabelecimentos de Ensino Superior Policial e Militar (EESPM), que compreende quer estabelecimentos de ensino universitário (Academia da Força Aérea (AFA), Academia Militar, Escola Naval (EN), Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI)), quer de ensino politécnico (Escola do Serviço de Saúde Militar (ESSM) e Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas). A AM, a AFA e a EN integram-se na rede de Ensino Superior Público Universitário Militar (ESPUM).

2.6.3. O Processo de Bolonha

O processo de Bolonha¹⁰ nasceu oficialmente em 1999 com a Declaração de Bolonha, tendo a finalidade de harmonizar os sistemas de ensino superior a nível europeu. Deveria permitir aos alunos do ensino superior iniciar os seus estudos num determinado país e continuar os mesmos em qualquer outro, assim como ver reconhecidas as suas qualificações internacionalmente (Ferreira, 2006).

Para tornar isso possível, foi determinada uma harmonização das estruturas de ensino, bem como dos conteúdos e carga horária dos vários cursos. Mais especificamente, segundo a Direção Geral do Ensino Superior (2012), os objetivos foram:

¹⁰ Ver Anexo A – Declaração de Bolonha

- a) Adopção de um sistema de graus académicos facilmente legível e comparável, incluindo também a implementação do Suplemento ao Diploma;
- b) Adopção de um sistema assente essencialmente em dois ciclos, incluindo:
 - Um primeiro ciclo, que em Portugal conduz ao grau de licenciado, com um papel relevante para o mercado de trabalho europeu, e com uma duração compreendida entre seis e oito semestres;
 - E um segundo ciclo, que em Portugal conduz ao grau de mestre, com uma duração compreendida entre três e quatro semestres.
 - Estabelecimento e generalização de um sistema de créditos académicos (ECTS), não apenas transferíveis mas também acumuláveis, independentemente da Instituição de Ensino frequentada e do país de localização da mesma;
- d) Promoção da mobilidade intra e extra comunitária de estudantes, docentes e investigadores;

Hortale e Mora (2004) consideram: “A transformação mais importante na história das universidades europeias desde o princípio do século XIX é possivelmente o processo de Bolonha”.

Na Academia Militar, a declaração de Bolonha foi implementada em 2003. Procedeu-se a uma revisão curricular para que os currículos dos Cursos do Exército e da Guarda Nacional Republicana fornecessem competências para o desempenho das funções imediatas, mas também que permitissem uma posterior progressão no mundo académico (Academia Militar, 2012).

Os estudos levados a cabo foram efectuados em conjunto pela Academia Militar e pelo Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE), havendo a preocupação de dotar os futuros oficiais de competências genéricas de oficial, mas também de competências específicas da respetiva arma ou serviço, tendo-se procedido à atribuição de créditos (ECTS) às várias unidades curriculares de acordo com o estabelecido com a declaração de Bolonha (Talhinhas, 2006).

2.6.4. A Academia Militar - Apresentação

A Academia Militar (segundo o Decreto-Lei nº 231, 2009) é um órgão de base da estrutura orgânica do Exército¹¹, sendo:

¹¹ Que compreende: O Estado-Maior do Exército, os Órgãos Centrais de Administração e Direção, o Comando das Forças Terrestres, os Órgãos de Conselho, o Órgão de Inspeção, os órgãos de base e os elementos da componente operacional do sistema de forças (Decreto-Lei nº231, 2009, p. 6423)

Um estabelecimento de ensino superior público universitário militar que desenvolve atividades de ensino, de investigação e de apoio à comunidade, com a finalidade essencial de formar Oficiais destinados aos quadros permanentes das Armas e Serviços do Exército e da Guarda Nacional Republicana. (Academia Militar, 2012).

A AM elabora ainda cursos de especialização ou aperfeiçoamento para os oficiais do quadro permanente do Exército quando não exista curso de formação militar na área em causa. Colabora ainda em projetos de investigação no âmbito da defesa nacional.

Na AM, formam-se os futuros oficiais do quadro permanente não só como chefes militares, mas também como cidadãos, incidindo a sua formação em três áreas distintas, sendo elas a formação académica, a formação militar e comportamental e a preparação física. A formação académica visa fornecer aos alunos um conjunto de competências técnicas e tecnológicas necessárias ao desempenho das funções imediatas de subalterno da respetiva arma ou serviço, bem como a formação de base que permita aos futuros oficiais a contínua aquisição de conhecimentos necessários ao acompanhamento da evolução do conhecimento. A formação comportamental visa desenvolver o carácter dos alunos, cultivando nos mesmos os valores característicos da profissão militar. A preparação militar e física tem como finalidade o desenvolvimento do desembarço físico e fornecer o treino adequado às previsíveis funções de subalterno (Academia Militar, 2012).

Os alunos frequentam ainda, em regime extra curricular diversas atividades físicas ou culturais que lhes proporcionam o aperfeiçoamento da formação global, mas também permite projetar a imagem da AM no mundo civil (Academia Militar, 2012).

2.6.4.1.Os Cursos

Os vários cursos ministrados na Academia Militar conferem o grau de mestre, sendo que a maioria dos mesmos são equivalentes a algum Curso ministrado em Universidades Cívicas¹². Os vários cursos estão distribuídos pela vertente Exército¹³ e GNR¹⁴, podendo eventualmente não abrir vagas para a totalidade dos Cursos.

¹² Como são os casos dos das Engenharias, Saúde e Administração.

¹³ Ciências Militares (Infantaria, Cavalaria e Artilharia), Administração Militar, Engenharia Militar, Engenharia Electrotécnica Militar (Transmissões e Material), Engenharia Mecânica Militar, Medicina, Medicina Dentária, Medicina Veterinária e Ciências Farmacêuticas

¹⁴ Ciências Militares (Infantaria e Cavalaria), Administração, Engenharia Militar, Engenharia Electrotécnica Militar (Transmissões e Material), Engenharia Mecânica Militar, Medicina, Medicina Veterinária e Ciências Farmacêuticas

Os Cursos de Medicina e Engenharias têm duração de sete anos (com 360 créditos do ECTS) e os restantes de somente cinco anos (com 300 créditos do ECTS).

Relativamente aos cursos de Ciências Militares (vertente Exército), possuem um tronco comum de três anos, ao fim dos quais os alunos, ordenados por notas, escolhem entre as três “armas combatentes”: Infantaria, Artilharia e Cavalaria. O número de vagas, fixado superiormente consoante as necessidades do Exército varia ao longo dos anos, no entanto é de aproximadamente 50% para Infantaria e 25% para Cavalaria e Artilharia.

2.6.4.2.O Curso de Infantaria

O Curso de Infantaria decorre ao longo de 10 semestres, sendo 8 semestres eminentemente académicos (frequentados na Academia Militar, com 30 créditos do ECTS cada), um semestre correspondente à Formação Técnica e Tática da arma de Infantaria (frequentado na Escola Prática de Infantaria, 30 créditos do ECTS) e o restante semestre designado de Estágio de Natureza Profissional. Este último engloba a Prática de Comando (15 créditos) e um Trabalho de Investigação Aplicada (15 créditos) que irá atribuir aos alunos o grau de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria (Academia Militar, 2012).

Nos quatro primeiros anos frequentados na Academia Militar (8 semestres), os tempos de formação estão distribuídos como demonstra a Figura 2, onde o Departamento de Ciências e Tecnologias Militares é o que preenche mais tempo aos alunos. Apesar de o Treino Físico e o Treino Militar (não incluindo os Exercícios de Campo) não possuírem ECTS, preenchem tempos iguais aos atribuídos às Unidades curriculares (UC's) dos Departamentos de Ciências Sociais e Humanas e o Departamento de Línguas (Inglês), respetivamente.

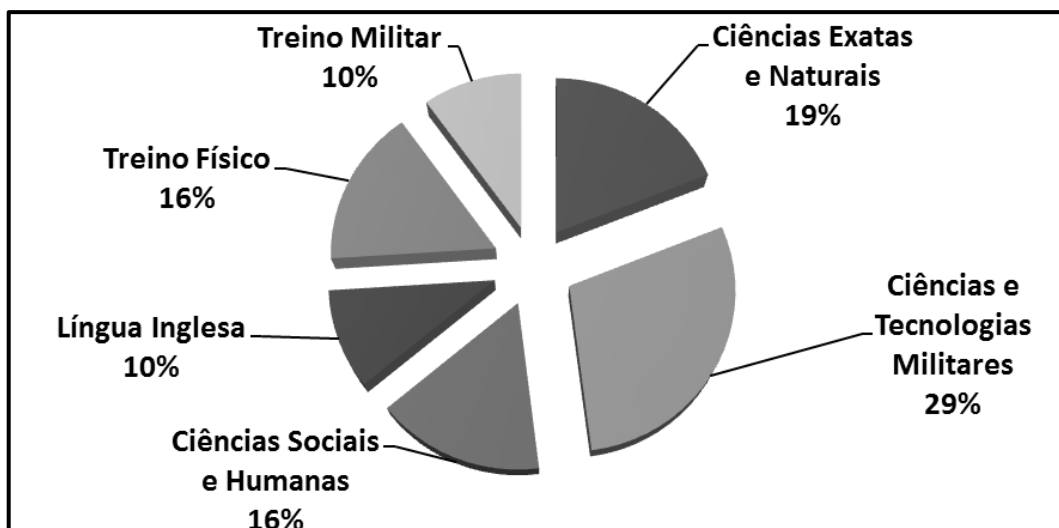


Figura 2 - Distribuição dos tempos escolares por departamentos (%)

Continuando a ter em conta somente os oito primeiros semestres frequentados na AM, e atentando somente na formação que conta para a classificação do Mestrado, se for estabelecida uma relação entre os tempos de formação de cada departamento e os respetivos créditos (ECTS), é de salientar o facto de a Língua Inglesa sofrer uma redução do número de créditos em relação aos tempos de formação, comparativamente com os outros Departamentos. A percentagem de tempos escolares para a Língua Inglesa é de aproximadamente 13% do total, enquanto os créditos atribuídos são somente metade dessa percentagem (6,67%), segundo o Plesmil 102 (2008).

De registar ainda que o Departamento de Ciências Exatas e Naturais tem a seu cargo mais tempos do que o Departamento de Ciências Sociais e Humanas, e que este tem só aproximadamente metade dos tempos escolares do Departamento de Ciências e Tecnologias Militares; este último que tem a seu cargo aproximadamente 40% da totalidade dos tempos de formação, como mostra a Figura 3 (segundo o Plesmil 102 (2008)).

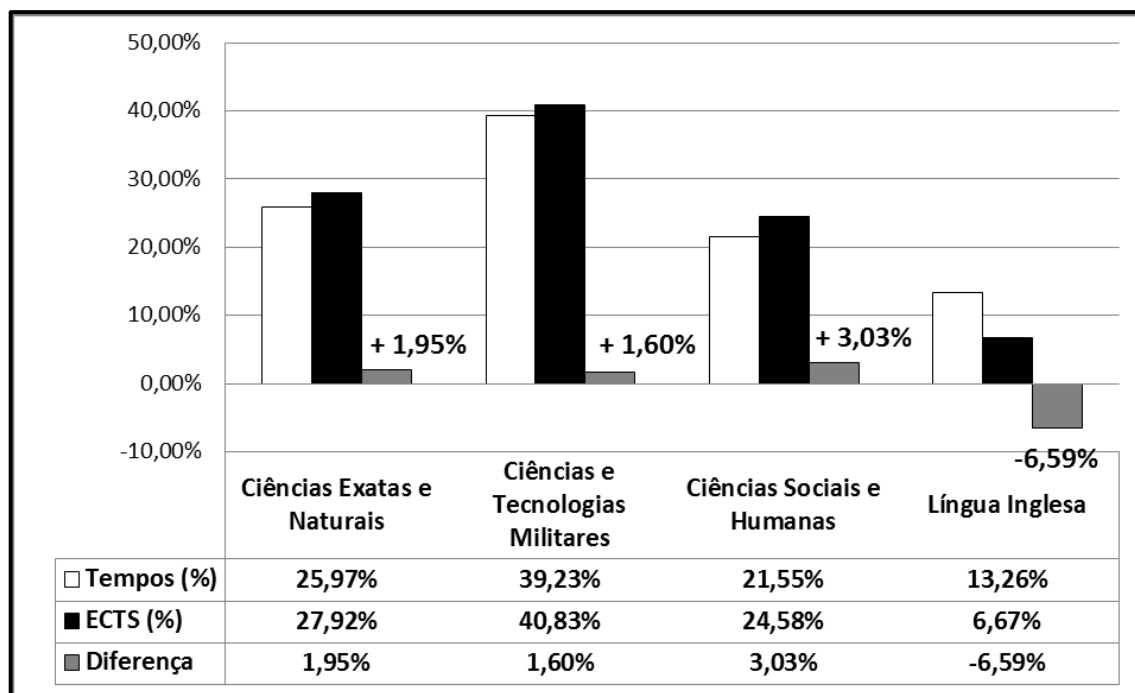


Figura 3 - Relação entre a percentagem de tempos escolares e de ECTS, por Departamentos

2.7. Equilíbrios entre opções de formação: breve apontamento

Ao contrário do que acontece nas empresas do Mundo civil, a carreira de um oficial inicia-se sempre pela base, mas por outro lado está relativamente garantida a progressão na carreira até oficial superior, pelo menos (Santos, 2006b).

A formação inicial vive na dualidade entre proporcionar os necessários saberes e competências para o desempenho das funções imediatas de subalterno (operacionalidade imediata, objetivos a curto prazo) e proporcionar as bases necessárias para a aquisição de competências ulteriores (objetivos a longo prazo) para o desempenho das funções de oficial superior, sendo que não é fácil encontrar um equilíbrio perfeito entre estas, devendo o oficial possuir “os conhecimentos necessários para o desempenho de diversas funções, desde a de “educador do povo”, à de administrador” (Borges, 2003).

As ciências exatas e naturais são parte significativa dos cursos, no entanto, vão diminuindo ao longo da formação recebida para progressão na carreira, ao contrário das ciências sociais e humanas, que são cada vez mais apanágio dos escalões mais elevados (Santos, 2006b).

Segundo Santos (2006b, p. 10), “o equilíbrio que se estabelece entre estas duas componentes nada tem de puramente mecânico, mas é, bem pelo contrário, o produto de

um processo de confrontação, de negociação e de arbitragem, entre tendências opostas...”. Ou seja, seguindo ainda o mesmo autor; para que uma parte ganhe, a outra vai ter que perder obrigatoriamente.

Para além de lidar com esta dualidade entre as ciências exatas e naturais, há ainda o binómio de preparar os jovens oficiais para o desempenho das funções imediatas e o de os preparar para o desempenho das funções futuras de oficial superior. Os requisitos para comandar um pelotão são diferentes dos exigidos aos comandantes dos grandes escalões, antagonistas ou mesmo contraditórios (Santos, 2006b). Ou seja, há que gerir a questão de obter operacionalidade imediata e fornecer bases que permitam o adquirir de mais competências no futuro.

Se é verdade que para o desempenho de funções em escalões mais elevados os oficiais têm mais formação obrigatória¹⁵, também é necessário fornecer aos jovens oficiais um conjunto de bases (logo no início da carreira) para que mais tarde possam prosseguir os estudos. E se atentarmos à situação normal, em que o tempo de subalterno seria de somente 5 anos, então pode-se afirmar que os oficiais do quadro são formados não para ser oficiais subalternos, mas principalmente para desempenharem as funções de capitão e de oficial superior; importa portanto, mais do que lhes fornecer as competências necessárias para desempenharem as funções de subalterno, fornecer-lhes as competências e saberes para desempenharem as funções de oficial superior. Todavia, não deixa de ser essencial o adquirir de altos níveis de treino prático militar, para que a tomada de decisão a escalões mais elevados seja efetuada conhecendo a realidade que se encontra nos escalões inferiores (Santos, 2006b).

As Ciências Sociais e Humanas foram ganhando cada vez maior ascendente sobre as Ciências Exatas e Naturais, apesar de não ter sido um caminho fácil. Os militares começam a relacionar-se mais com a sociedade civil, do mesmo modo que as operações militares se desenvolvem em ambientes onde a população civil está cada vez mais presente, onde os meios de comunicação fazem parte do teatro e onde a opinião pública tem cada vez mais poder; logo, por forma a otimizar o relacionamento das unidades militares com o mundo civil, a formação em ciências sociais é cada vez mais importante (Santos, 2006b).

Relativamente à formação Académica, a especificidade militar está em grande parte dependente do ensino das Ciências e Tecnologias Militares, em UC's como a História, a

¹⁵ Como por exemplo o Curso de Promoção a Capitão, Curso de Promoção a Oficial Superior, Curso de Estado Maior, Curso de Promoção a Oficial General.

Tática, a Liderança, o Armamento ou a Estratégia, entre outras. No entanto, está também incrementada nas instruções do Corpo de Alunos, onde se configura como o garante da passagem dos conhecimentos militares relativos à vida interna nas Unidades Militares (Borges, 2003).

“Só assim poderemos ter o Oficial guerreiro-universitário, que terá de ser sempre guerreiro, com suporte e formação universitária e não universitário para ser guerreiro, e que terá de ser Comandante com elevados conhecimentos e não um universitário que também pode comandar.” (Borges, 2003).

Há ainda que destacar o essencial ensino da Língua Inglesa, dado que, como referido, os oficiais participam em cada vez mais em missões e exercícios no estrangeiro, para além de muitos manuais essenciais ao militar estarem também redigidos em Inglês. Portanto, considera-se fundamental que os oficiais consigam efetuar uma eficaz comunicação oral e escrita, devendo “ter a capacidade de estabelecer comunicação interpessoal e de se expressarem corretamente quer oralmente, quer por escrito, incluindo na sua língua mãe e em Inglês” (Bravo, 2008, p.118).

Capítulo 3

Metodologia e Procedimentos

3.1. Método de abordagem; técnicas, métodos e procedimentos

Neste capítulo é apresentada a metodologia seguida para a elaboração do estudo no que concerne ao trabalho de campo, ou seja, ao estudo prático. São descritos os instrumentos utilizados, e o porquê de estes terem sido escolhidos.

Depois de formulada a questão central, as questões derivadas e as respectivas hipóteses estabeleceram-se os métodos. Numa perspectiva mais geral, opta-se pelo método indutivo, que consiste numa forma de raciocínio em que se passa do particular para o geral (Sarmiento, 2008, p. 6). No plano da recolha de informação utilizou-se o inquérito (sob a forma de questionários e de entrevistas).

Deste modo, definiu-se então a metodologia da investigação, tendo sido definidas as variáveis que se pretendiam observar, as fontes de pesquisa de dados, bem como a forma de os recolher, registar e efetuar a sua análise (Sarmiento, 2008, p. 10).

Em síntese, como os dados secundários não forneceram as informações necessárias para dar resposta às questões de investigação, foram pesquisados dados primários em fontes primárias essencialmente internas, tendo-se construído inquéritos por questionário¹⁶ para colocar aos subalternos de Infantaria que fornecessem informação quantitativa, e entrevistas complementares¹⁷ que fornecessem dados mais qualitativos complementares ao estudo.

¹⁶ Ver Apêndice A – Layout do Questionário

¹⁷ Ver Apêndice B – Guião da Entrevista

3.2. Questionários

3.2.1 População e Amostra

A população, ou seja, o grupo em relação ao qual se efetuou o estudo (Tuckman, 2010, p.187) é constituída pelos subalternos de Infantaria, num total de 130 oficiais, correspondendo a 91 Tenentes (70%) e 39 Alferes (30%), distribuídos principalmente (mas não só) pelas várias U/E/O de Infantaria do Exército.

A amostra (grupo de elementos da população selecionados para participar no estudo (Tuckman, 2010, p. 188)) foi a totalidade da população dado que esta não era muito numerosa, porque uma delimitação demasiado apertada poderia levar a conclusões que não pudessem ser generalizadas (Tuckman, 2010, p. 188), e acima de tudo porque uma das dificuldades apontadas em outros trabalhos de anos anteriores era reunir respostas a questionários.

De uma população de 130 subalternos de Infantaria, obtiveram-se 81 respostas aos questionários, correspondentes a 62,31% de respostas. Apesar de amostra não se aproximar da totalidade da população, tal é compreensível, dado que alguns oficiais se encontravam em missão no estrangeiro, em exercícios, em cursos, ou então simplesmente não foi possível estabelecer contacto com os inquiridos. Todas as respostas ao questionário foram consideradas válidas, porque não era permitido submeter o questionário sem estar totalmente preenchido, e todas as respostas eram selecionadas de entre as alternativas apresentadas. A amostra recolhida é válida para a população alvo com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de $\pm 6,69\%$, o que, segundo Sarmiento (2008, p.27) confere a este estudo a validade de “Importante”¹⁸.

3.2.2 Instrumentos de pesquisa, recolha e tratamento de dados

O questionário foi aplicado então aos subalternos de Infantaria entre os dias 27 de Junho e 4 de Julho. Analisando a relação entre o tempo / custo e a percentagem de respostas obtidas, foi decidido colocar o questionário na plataforma Google Docs, que

¹⁸ Ver Apêndice C – Determinação da margem de erro e da validade do estudo

permite agilizar o preenchimento sem ter de se fazer *download* de um documento, preenchimento, e posterior reenvio.

O questionário foi colocado na referida plataforma, e foram feitos testes e tecidas apreciações por indivíduos pertencentes à população-alvo e por especialistas na área. Alguns erros foram aí detetados e corrigidos, e foi efetuado um teste-reteste.

De modo a obter o máximo de respostas, foram estabelecidos contactos com diversos oficiais subalternos dos vários cursos para obter uma base de dados com os oficiais, número de telemóvel e endereço de correio electrónico. Foram então efetuados contactos via telemóvel e posterior envio do endereço de preenchimento do questionário via correio electrónico, sendo garantido o anonimato das respostas.

A plataforma Google Docs permitiu a construção do questionário, o seu alojamento, bem como a apresentação dos dados em forma de tabela, o que possibilitou copiar os dados para uma folha de cálculo do Microsoft Office Excel para posterior aplicação de métodos estatísticos que originaram os resultados (Sarmiento, 2008, p.22).

Relativamente à escolha do programa de tratamento dos dados, esta incidiu sobre o IBM Statistical Package for Social Sciences (SPSS) e o Microsoft Office Excel. Enquanto o primeiro foi de especial utilidade aquando da elaboração de análises comparativas, o segundo constitui-se como uma ferramenta de análise descritiva, sendo utilizado em situações mais simples.

3.3. Entrevistas

Com o objetivo de complementar a informação quantitativa fornecida pelos questionários, foram planeadas seis entrevistas individuais que fornecessem dados de teor mais qualitativo.

O objetivo inicial era de entrevistar o Exmo. Sr. Comandante da Academia Militar, o Exmo. Cmdt. da Escola Prática de, o Diretor de Curso de Infantaria, o Diretor de Formação da Escola Prática de Infantaria, o Diretor do Tirocício para Oficial de Infantaria e de uma personalidade que já tivesse desenvolvido estudos na área. Todavia, apenas foram entrevistados as últimas quatro entidades referidos por imperativos de disponibilidade e de tempo para desenvolver o estudo.

Foi então desenvolvido o guião para efetuar as referidas entrevistas, de carácter semi-formal, em que o entrevistado respondia às perguntas de um guião previamente

elaborado, podendo no entanto falar também sobre outros assuntos (Sarmiento, 2008, p. 18).

As entrevistas foram efetuadas nos locais de trabalho dos entrevistados entre os dias 25 de Junho e 3 de Julho, e foram gravadas e tiradas notas dos pontos mais importantes de cada resposta.

Posteriormente, efetuou-se uma análise de conteúdo das entrevistas através da elaboração de um quadro-resumo (sinopse), de forma a salientar os pontos semelhantes ou discordantes, bem como aqueles que os entrevistados realçaram.

Capítulo 4

Apresentação, análise e discussão dos resultados

4.1. Inquéritos por questionário

4.1.1. Caracterização sociodemográfica

Relativamente à idade dos inquiridos, optou-se por agrupar a idade de dois em dois anos, sendo que uma pequena percentagem (4,94%) tem 23 ou 24 anos, e ainda menos possui 33 ou 34 anos (1,23%). Ninguém respondeu ter mais de 35 anos. Esta distribuição etária dos indivíduos apresenta uma distribuição semelhante a uma curva normal, onde a maioria dos indivíduos possui 27 ou 28 anos, como demonstrado na Figura 4.

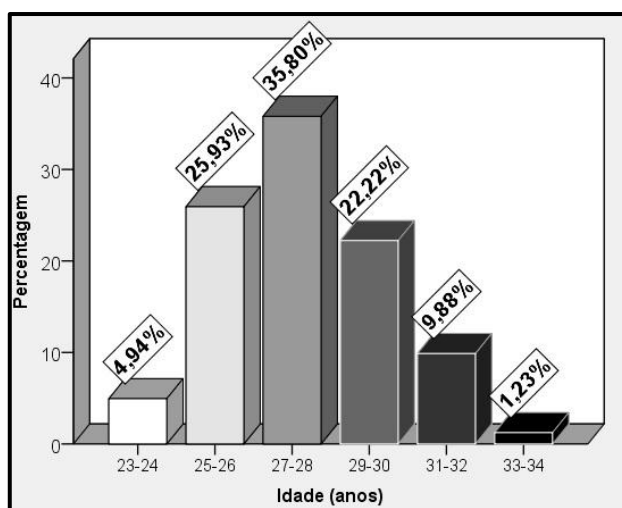


Figura 4 – Distribuição dos indivíduos, por idade

Relativamente ao estado civil dos inquiridos, aproximadamente 70% responderam encontrar-se casados (37%) ou comprometidos (32%), encontrando-se uma pequena percentagem divorciado ou viúvo (2,47%), como demonstrado na Figura 5.

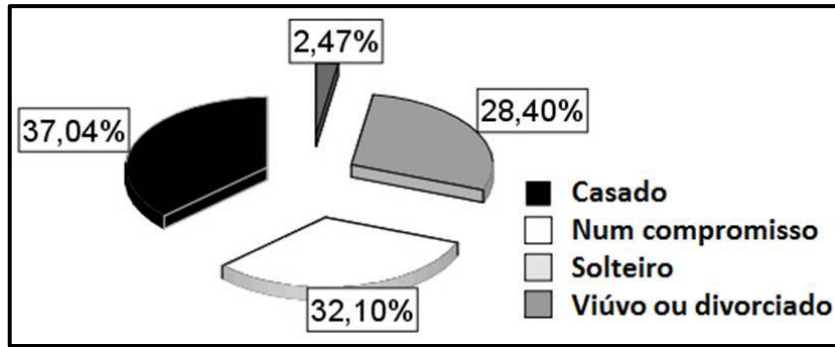


Figura 5 - Estado civil dos inquiridos (%)

No que toca aos distritos onde os subalternos nasceram e habitam, verifica-se que existe a tendência de os militares regressarem aos seus destinos de origem, quando nestes existem unidades de Infantaria. Como se verifica pela análise da Figura 6, os distritos onde não existem unidades de Infantaria registam na sua maioria um decréscimo acentuado do número de residentes em relação aos nascidos. Por outro lado, destacam-se nitidamente os distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém pelo maior potencial de atração, já que nestes se concentra a maior parte das residências.

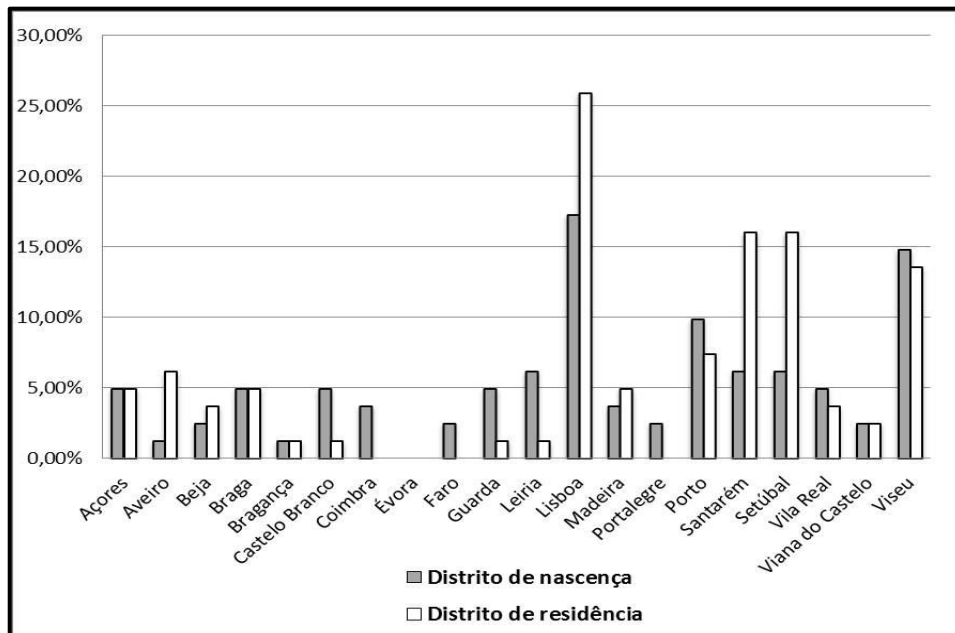


Figura 6 - Distribuição por distrito de nascença / onde reside

4.1.2. Locais de colocação

Relativamente à U/E/O de colocação, as unidades de onde se obtiveram mais respostas ao questionário foram as Unidades de Infantaria da Brigada de Reação Rápida¹⁹, e a Escola Prática de Infantaria. Para além das Unidades discriminadas na Figura 7, verificou-se que alguns oficiais se encontravam em outras Unidades que isoladamente não eram representativas.

Já no que toca à distância média do local de residência à U/E/O de colocação, um terço dos subalternos está a menos de 25 km, verificando-se depois idêntica percentagem entre os 25 e 50 km e entre os 50 e 100 km (9,88%). Do mesmo modo, as percentagens dos indivíduos que vive entre 100 a 200 km e que vive a mais de 200 km é também aproximada (22,22% e 24,69%), respetivamente.

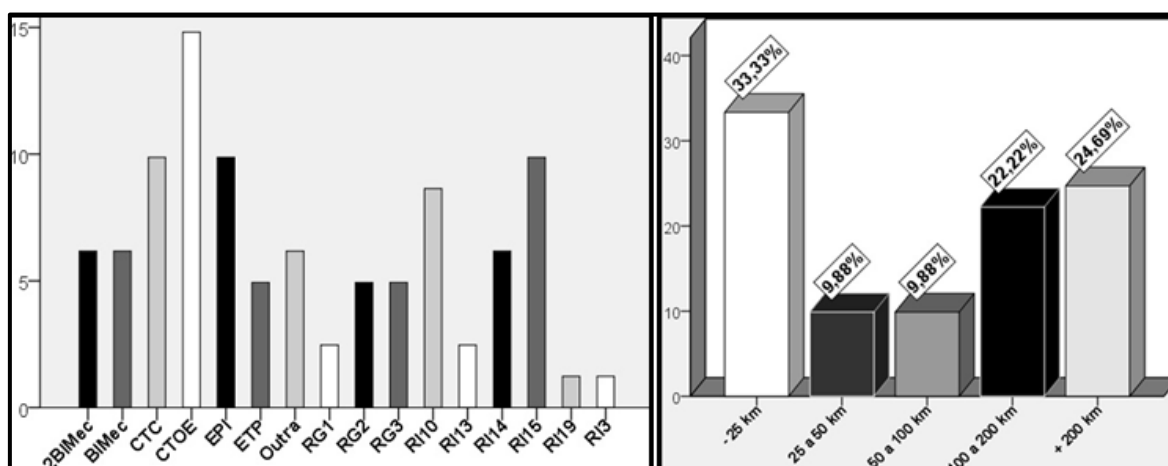


Figura 7 – U/E/O de colocação dos indivíduos e distância ao local de residência

4.1.3. Funções e missões no estrangeiro

Como referido, a amostra foi a totalidade da população, tendo sido somente possível obter resposta a 62,31% da totalidade de oficiais subalternos de Infantaria (81 em 130). Das respostas obtidas, a distribuição pelos dois postos de subalterno estão apresentadas na Figura 8, encontrando-se estas percentagens muito próximas do real.

¹⁹ Centro de Tropas Comando, Centro de Tropas de Operações Especiais, Regimento de Infantaria n°10 e Regimento de Infantaria n°15

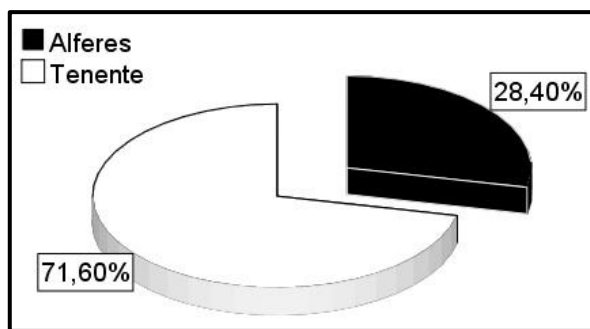


Figura 8 – Distribuição da amostra por postos (%)

No que toca à função que os subalternos de Infantaria desempenham, o Curso que terminou a saiu da AM em 2006, está quase na totalidade a desempenhar as funções de Comandante de Companhia, bem como grande parte do que saiu em 2007. Pelo contrário, e como era expectável, a grande maioria do Curso saído em 2011 encontra-se a desempenhar as funções de Comandante de Pelotão. De destacar que existe ainda uma percentagem considerável do Curso saído em 2008 já a exercer as funções de Comandante de Companhia, sem ter ainda o Curso de Promoção a Capitão, como se pode ver na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição dos subalternos por funções e por cursos

	Comandante de Companhia	2º Comandante de Companhia	Comandante de Pelotão	Instrução	Outra
2006	77,78%	11,11%	0,00%	0,00%	11,11%
2007	18,18%	45,45%	9,09%	27,27%	0,00%
2008	30,43%	21,74%	13,04%	34,78%	0,00%
2009	7,69%	15,38%	46,15%	23,08%	7,69%
2010	0,00%	20,00%	70,00%	10,00%	0,00%
2011	0,00%	6,67%	66,67%	20,00%	6,67%
TOTAL	22,35%	20,06%	34,16%	19,19%	4,25%

Já no que concerne a missões no estrangeiro, a quase totalidade dos subalternos que saíram da AM em 2006 e 2007 já participaram nas mesmas, descendo essa percentagem ao longo dos cursos, como seria expectável. No entanto, cerca de metade do total de subalternos já participou em missões no estrangeiro, estimando-se que a quase totalidade participe antes da promoção ao posto de Capitão, como se deduz pela análise da Figura 9.

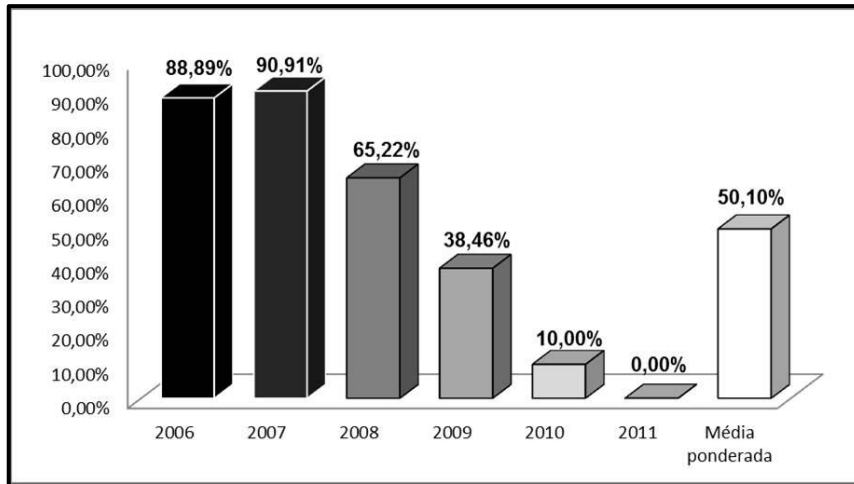


Figura 9 – Percentagem dos Subalternos que já participaram em missões no estrangeiro

4.1.4. Percurso na formação

Relativamente à taxa de reprovações, e como demonstrado na Figura 10, obteve-se uma relação próxima de um repetente em cada quatro alunos.

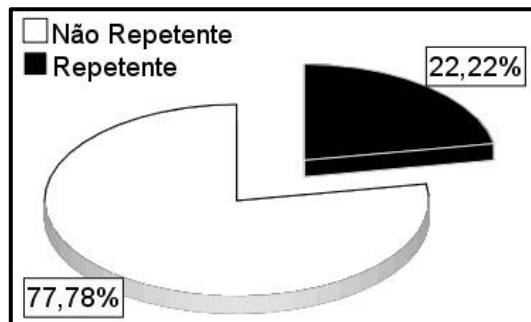


Figura 10 - Percentagem dos alunos que repetiram / não repetiram anos da AM

A classificação final dos subalternos de Infantaria situa-se na grande maioria dos casos entre os 12 e os 14 valores (ver Figura 11), verificando-se uma percentagem mais reduzida de ex-alunos a terem classificação entre 14 e 15 valores (13,58%), e ainda menores percentagens de classificações situadas entre os 10 e 12 valores. De salientar ainda que nenhum dos inquiridos afirmou ter uma classificação final superior a 15 valores.

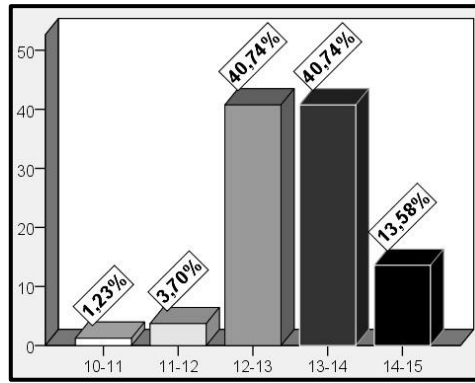


Figura 11 – Percentagem da classificação final por valores

Mais de metade dos subalternos de Infantaria possuem o Curso de Pára-quedaismo, como demonstra a Figura 12, sendo que apenas um quarto não possui qualquer curso de Tropa Especial, enquanto que a percentagem que possui o curso de Comandos é de apenas 13,58% e também apenas 18,52% possui o Curso de Operações Especiais.

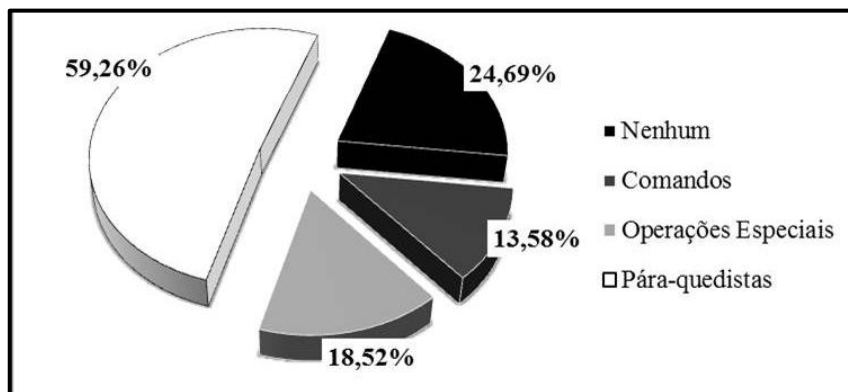


Figura 12 - Percentagem dos inquiridos com cursos de tropas especiais

4.1.5. Resultado dos inquéritos

4.1.5.1. Perceção quanto ao Curso

Para responder a este grupo de questões, utilizou-se uma Escala de Likert²⁰ de 1 a 5, correspondentes a “Concordo Totalmente”, “Concordo”, “Nem concordo nem discordo”, “Discordo” e “Discordo totalmente”.

Relativamente à carga horária, foi questionado aos subalternos se consideravam a carga horária do seu curso demasiado elevada. A média de respostas dos subalternos a esta questão foi de 3,68 com desvio padrão de 0,704, ou seja, os inquiridos consideram a carga horária tendencialmente elevada.

Como se pode ver na Figura 13, onde foram intencionalmente apresentadas as perceções isoladamente por anos, verifica-se que ao longo dos anos, os subalternos consideram que a carga horária é cada vez mais elevada, uma vez que o curso que terminou a AM em 2006 apresenta um valor médio de 3,44 e o último curso de subalternos que ingressou no Quadro (em 2011) é já de 3,93.

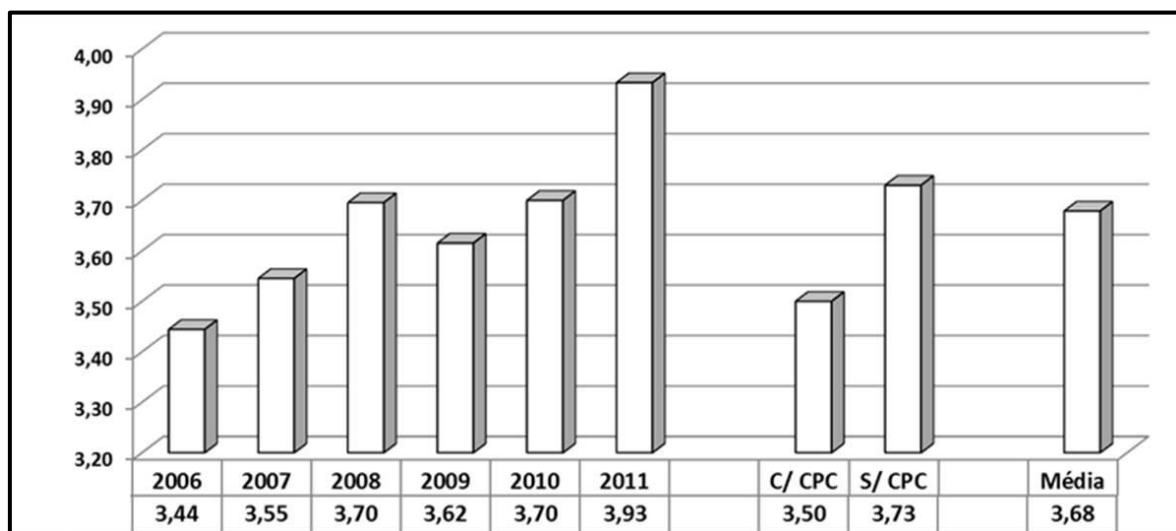


Figura 13 - Perceção quanto à carga horária

²⁰ Este é o tipo de escala mais usada nas sondagens de opinião, em que os inquiridos especificam a sua concordância com cada um das questões apresentadas (Hill & Hill, 2009)

Foi também questionado aos subalternos se consideravam os seus conhecimentos de cultura geral superiores aos de ex-alunos de outros Estabelecimentos de Ensino Superior. A média das respostas obtidas foi de 3,59 e o desvio padrão de 0,549, ou seja, os subalternos consideram os seus conhecimentos de cultura geral um pouco superiores aos de ex-alunos de outros estabelecimentos.

Optou-se, nesta questão, por analisar separadamente os Cursos que já frequentaram o CPC (C /CPC) e os que ainda não frequentaram o CPC (S/ CPC), para verificar se o CPC daria aos subalternos uma perceção diferente dos seus conhecimentos, mas os valores apresentados coincidiram (3,59 em ambos os casos, como se pode ver na Figura 14).

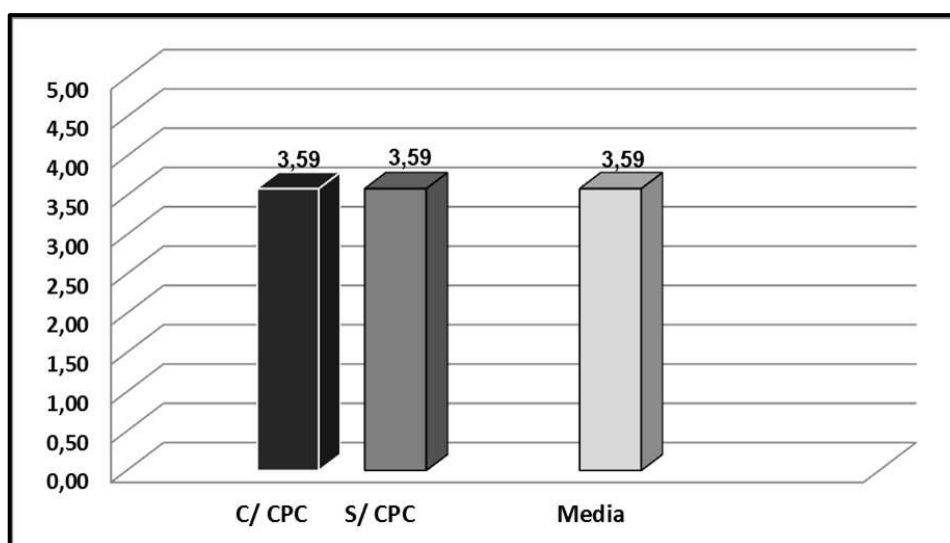


Figura 14 - Perceção quanto aos conhecimentos em cultura geral

Quando questionados sobre a frequência de ACE's, nomeadamente se a sua frequência seria de tal modo prejudicadora do rendimento académico que devesse ser cancelada, obteve-se uma resposta a esta questão claramente negativa, ou seja, os subalternos reconhecem que é empregue tempo na frequência das ACE's, mas que não se deve cancelar a sua participação, como se pode ver na Figura 15. O valor médio da resposta a esta questão foi de 1,83 e o desvio padrão foi 0,648.

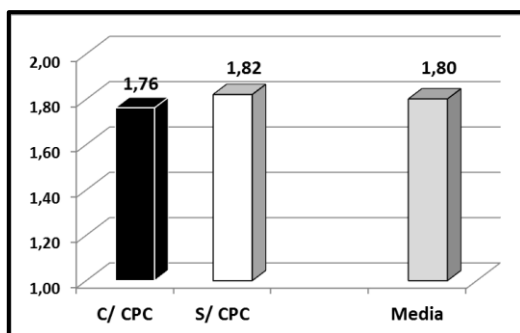


Figura 15 - Participação nas ACE's

O TIA configura-se geralmente como a última prova dos alunos antes de ingressarem no Quadro, sendo um trabalho científico no qual os alunos normalmente sentem algumas dificuldades. Assim, foi perguntado aos subalternos de Infantaria quais as dificuldades maiores que sentiram aquando da realização do mesmo.

De entre as dificuldades apresentadas (constantes na Figura16²¹, à direita), obteve-se a distribuição apresentada a seguir:

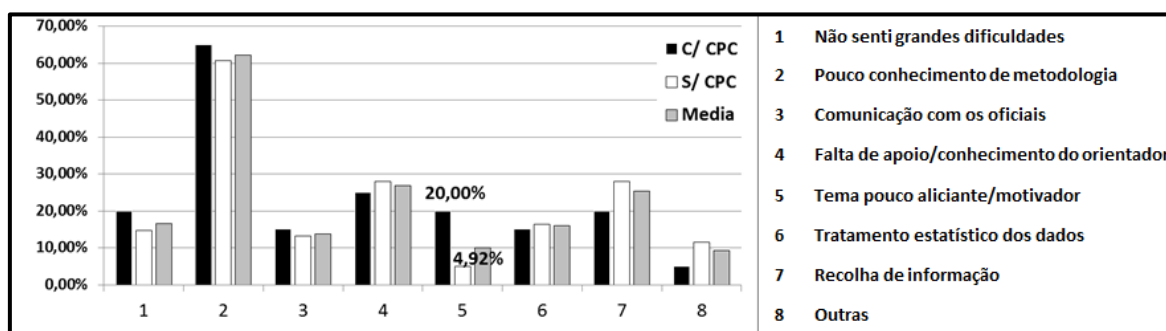


Figura 16 - Dificuldades sentidas na elaboração dos TIA²²

De destacar que cerca de dois terços dos subalternos afirmou possuir pouco conhecimento sobre metodologia científica. De salientar ainda que 20% dos cursos que possuem o CPC consideraram pouco aliciente o tema do trabalho desenvolvido no TIA, em contraste com somente cerca de 5% dos cursos que ainda não possuem o CPC.

Neste momento, para cálculo da classificação final, o peso dos vários grupos de formação é o seguinte: a formação académica tem uma ponderação de 65%, a formação militar e comportamental 20% e o treino físico 15%. Quando questionados sobre se

²¹ As barras pretas representam os Cursos que já frequentaram o CPC, a branco os que ainda não possuem o CPC e a cinzento a média ponderada da totalidade dos subalternos.

²² Por uma questão de legibilidade, apenas são rotulados os valores mais discrepantes.

concordam com este balanceamento, a maioria dos subalternos (61,89%) declarou que deveria ter mais peso a formação militar e comportamental em detrimento da formação acadêmica; 28,14% afirmou que o peso dos vários grupos é o adequado, e somente 6,62% afirmou que deveria ter mais peso o treino físico em detrimento da formação acadêmica. Todas as outras possibilidades constantes na Figura 17 têm percentagens de resposta muito pouco significantes.

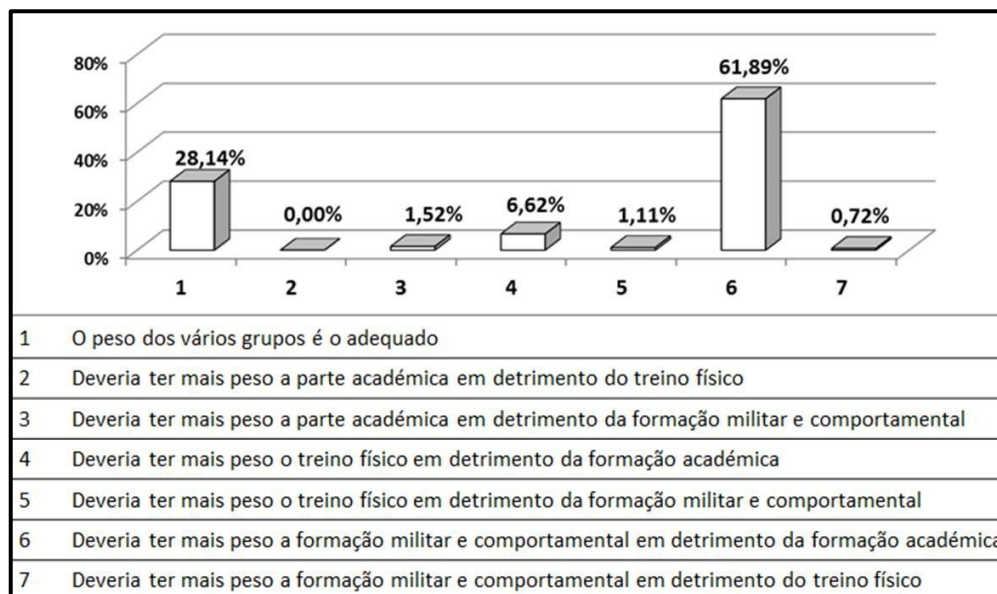


Figura 17 - Percepção quanto ao peso dos vários grupos

No que concerne ao treino físico, mais propriamente no que toca a áreas que deveriam ter um reforço de formação (de entre um conjunto de possibilidades constantes na Figura 18), os resultados obtidos destacam que a maioria dos subalternos declarou que deveria haver um reforço nos desportos de luta / combate (60%), com percentagens idênticas nos Cursos que já frequentaram e que ainda não frequentaram o CPC. De destacar que há diferenças significativas em duas respostas. Enquanto 30% dos elementos que já possuem o CPC afirmou que o treino era o adequado, apenas cerca de 10% dos elementos que não possuem o CPC selecionou esta alternativa. Por outro lado, enquanto somente 25% dos Cursos que já possuem o CPC respondeu que deveria haver reforço do treino de resistência, mais de 54% dos elementos que ainda não possuem o CPC selecionou esta opção. Todas as outras áreas especificadas possuem uma distribuição equivalente, a rondar os 20%, como se verifica pela análise da Figura 18.

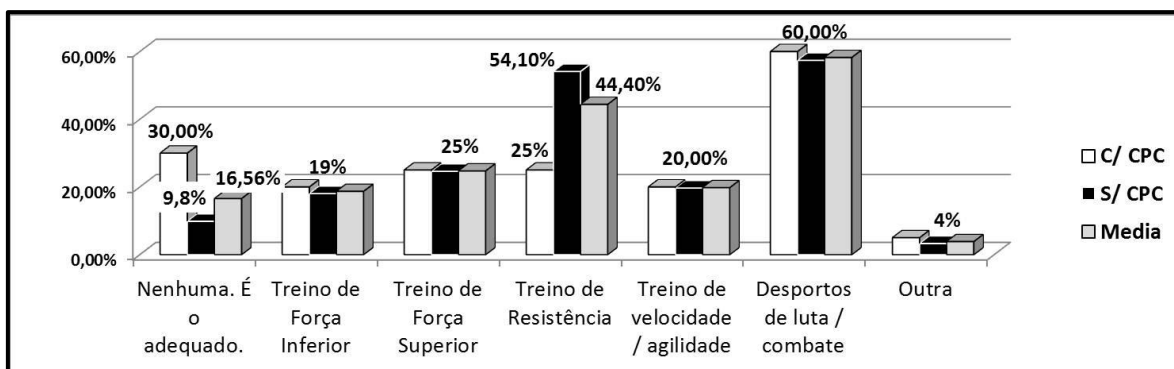


Figura 18 - Áreas onde deveria haver reforço de treino físico²³

Uma das áreas cada vez mais importante é a das novas tecnologias, em que se torna cada vez mais essencial saber como tirar o máximo partido das várias ferramentas informáticas existentes. Foi perguntado aos oficiais subalternos se sentiam dificuldades em trabalhar com meios informáticos, obtendo-se uma média de 1,69 (numa escala de 1 a 5, onde o 1 era “Sem dificuldades” e o 5 “Muitas dificuldades”) e um desvio padrão de 0,539. Os resultados obtidos evidenciam um equilíbrio quanto ao à-vontade em trabalhar com estas ferramentas ao longo dos vários cursos, demonstrando os oficiais sentirem-se à vontade e quase nunca terem tido problemas, como se verifica pela análise da Figura 19.

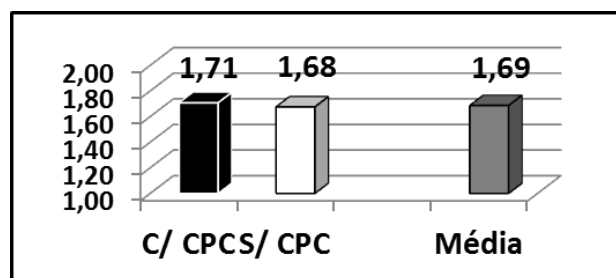


Figura 19 - Dificuldades em trabalhar com meios informáticos

A última questão deste grupo era relativa à perceção que os subalternos têm da sua capacidade de comunicar em Inglês. Utilizou-se para estas duas questões (representadas na Figura 20) a Escala de Likert com quatro níveis, em que o 1 correspondia a “Muitas dificuldades”, o 2 a “Bastantes dificuldades”, o 3 a “Algumas dificuldades e o 4 a “Sem dificuldades”. Constatou-se que os oficiais têm mais dificuldades a expressar-se do que a

²³ Por uma questão de legibilidade, apenas são apresentados alguns rótulos de valores no gráfico

entender o Inglês, e que os Cursos que frequentaram o CPC têm mais dificuldades do que os Cursos que ainda não frequentaram o CPC. Optou-se também por verificar se havia disparidade nas perspectivas dos oficiais que já participaram em missões no estrangeiro e os que ainda não participaram, mas os resultados coincidiram, como se vê na figura abaixo.

Relativamente à capacidade de expressão, a média foi de 2,86 e desvio padrão de 0,851 e a capacidade de entender o Inglês teve uma média de 3,22 e um desvio padrão de 0,742. O alfa de Cronbach²⁴ para destas respostas foi de 0,903.

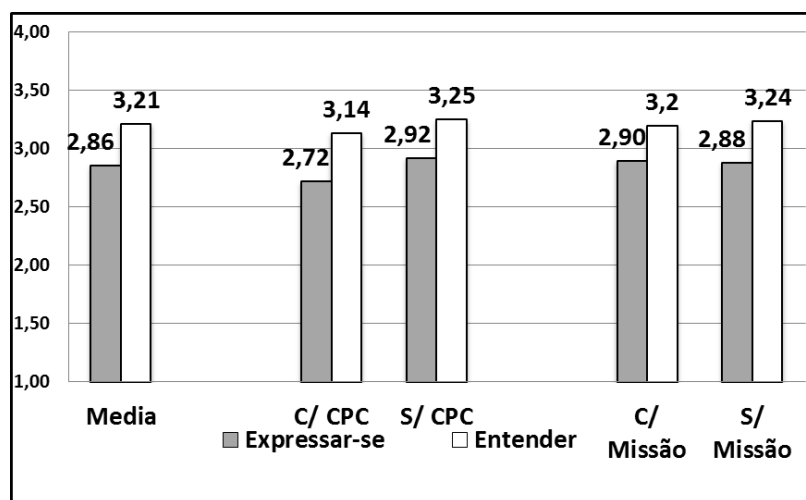


Figura 20 - Percepção quanto ao desembaraço em língua inglesa

4.1.5.2. Percepção quanto à formação académica

Neste grupo de questões, os subalternos foram questionados quanto à sua apreciação em relação à formação académica, nomeadamente sobre a quantidade de formação que têm nas cadeiras pertencentes a cada Departamento²⁵ e sobre as várias cadeiras pertencentes ao Plano de Estudos do Curso.

Para este grupo de questões foi efetuado um teste de verificação de consistência, denominado Teste Alfa de Cronbach, que varia numa escala de 0 a 1, em que o zero é a ausência de consistência e o 1 a consistência máxima, e que pode ser definido como uma

²⁴ Ver Figura 21

²⁵ Departamento de Ciências e Tecnologias Militares (DCTM), Departamento de Ciências Exatas e Naturais (DCEN), Departamento de Ciências Sociais e Humanas (DCSH) e Departamento de Línguas Estrangeiras (DLE)

média das estimativas de consistência interna, em que vários autores consideram os valores de alfa aceitáveis segundo diferentes escalas, como se pode ver na Figura 20.

Obteve-se para este grupo de questões um alfa de Cronbach de 0,909, o que se configura como uma bastante boa consistência interna do questionário, segundo os vários autores constante na Figura 21.

<i>Crítérios de recomendação de Fiabilidade estimada pelo α de Cronbach (adaptado de Peterson, 1994)</i>		
Autor	Condição	α considerado aceitável
Davis, 1964, p. 24	Previsão individual	Acima de 0.75
	Previsão para grupos de 25-50 indivíduos	Acima de 0.5
Kaplan & Sacuzzo, 1982, p. 106	Investigação fundamental	0.7-0.8
	Investigação aplicada	0.95
Murphy & Davidsholder, 1988, p. 89	Fiabilidade inaceitável	<0.6
	Fiabilidade baixa	0.7
	Fiabilidade moderada a elevada	0.8-0.9
	Fiabilidade Elevada	>0.9
Nunnally, 1978, p. 245-246	Investigação preliminar	0.7
	Investigação fundamental	0.8
	Investigação aplicada	0.9-0.95

Figura 21 - Valores de fiabilidade, segundo vários autores
 Fonte (Maroco & Marques, 2006)

A primeira questão deste grupo interrogava os subalternos quanto à formação que os mesmos tiveram nos vários departamentos, nomeadamente se deveria haver reforço de formação em alguma área.

Foi utilizada uma Escala de Likert com 5 níveis, de -2 a 2, consoante deveria haver muito menos ou muito mais formação, respetivamente. As opiniões obtidas por parte dos subalternos foram uniformes em todos os cursos dentro da mesma questão. No entanto, verificou-se que as respostas foram como que agrupadas por dois grupos.

Obtiveram-se valores a rondar 0 para as Ciências Exatas e Naturais e para as Ciências Sociais e Humanas (o que significa que a quantidade de formação é adequada) e por outro lado no que toca às Ciências e Tecnologias Militares e à Língua Inglesa, os valores rondam 1,5 (o que significa que deveria haver um reforço de formação nestas áreas), como se observa na Figura 22.

Mais particularmente, a média do Departamento de Ciências Exatas e Naturais foi - 0,09 com desvio padrão de 0,885, do Departamento de Ciências Sociais e Humanas média de 0,11 e desvio padrão de 0,851, do Departamento de Ciências e Tecnologias Militares

média de 1,58 e desvio padrão de 0,587 e Língua Inglesa média de 1,37 e desvio padrão de 0,761.

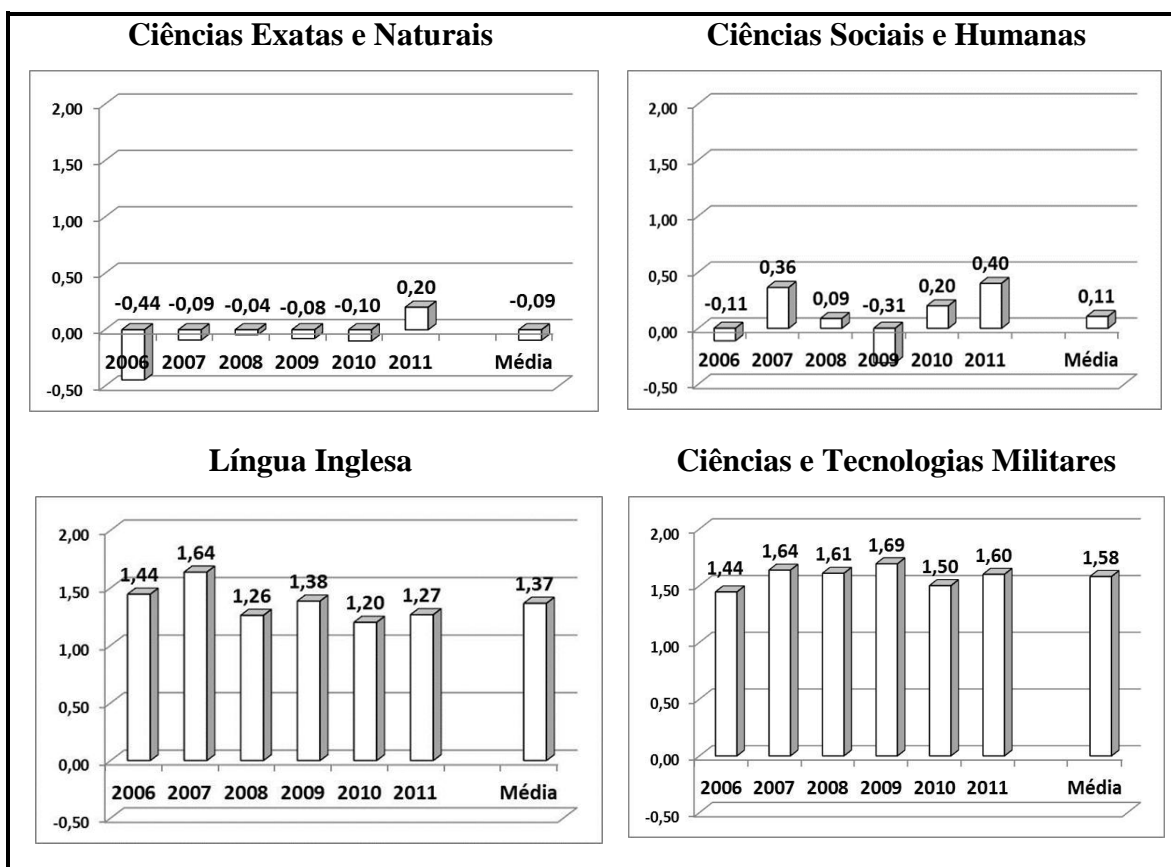


Figura 22 - Percepção quanto à formação nas cadeiras dos vários departamentos

No que toca ao último grupo de questões, onde era pedido aos subalternos para se pronunciarem acerca da importância das várias cadeiras constantes do plano de estudos para o desempenho das funções de subalternos de Infantaria, foi novamente utilizada a escala de Likert, de 1 a 5, em que o 1 correspondia à importância mínima e o 5 à importância máxima, e os resultados obtidos são os observados na Figura 23.

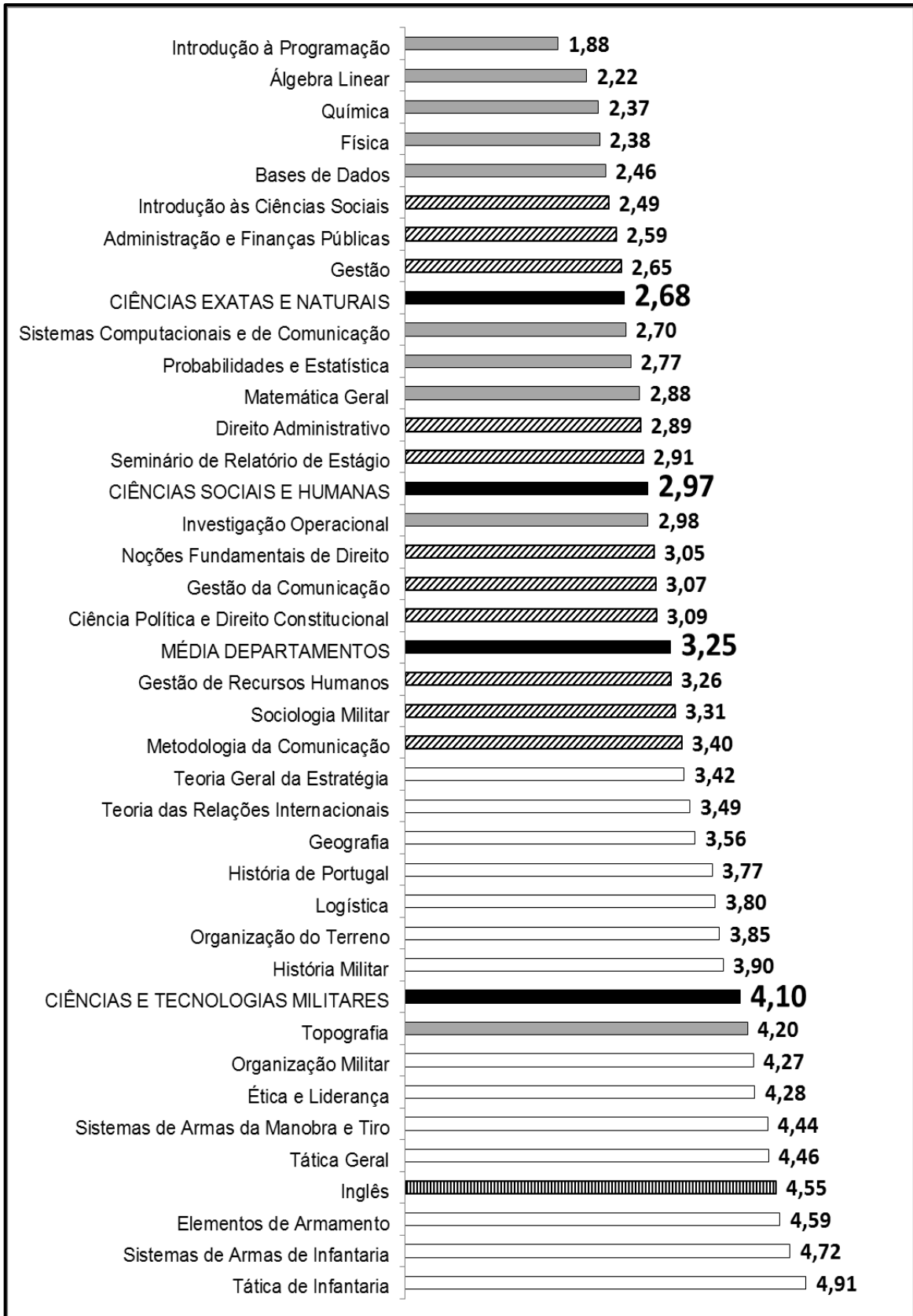


Figura 23 - Importância das várias cadeiras para o subalterno de Infantaria

As Unidades Curriculares (UC's) pertencentes ao Departamento de Ciências e Técnicas Militares foram aquelas que obtiveram valores mais elevados, como demonstrado pela Figura 23, sendo que o Inglês e a Topografia foram as únicas que tiveram média mais alta do que algumas cadeiras militares. Aliás, o facto de estas UC's apresentarem estes valores não é surpreendente porque já se tinha demonstrado que os inquiridos consideram o Inglês uma UC essencial (como se verifica na Figura 22), e a Topografia, apesar de estar compreendida no Departamento das Ciências Exatas e Naturais, é de aplicação eminentemente militar.

As UC's às quais os subalternos atribuíram maior importância para o desempenho das funções de Subalternos foram as estritamente militares, com Tática de Infantaria e Sistemas de Armas de Infantaria em primeiro plano. Seguem-se as restantes cadeiras do Departamento de Ciências e Tecnologias Militares, intercalando-se o Inglês e a Topografia. Em terceiro lugar surge a maioria das UC's das Ciências Sociais e Humanas, com Metodologia da Comunicação e Sociologia Militar a registarem valores mais significativos. As UC's desta área com valores mais baixos são a Gestão, Administração e Finanças Públicas e Introdução às Ciências Sociais. As UC's das Ciências Exatas são as que, na generalidade, têm valores mais baixos, destacando-se a Investigação Operacional como a que possui valor mais elevado; pelo contrário, a Introdução à Programação encontra-se destacada como a que tem o valor mais baixo, logo seguida pela Álgebra Linear.

Se estabelecermos agora uma comparação entre os valores obtidos através da análise da carga horária dos vários departamentos (ver Figura 24), e se for calculada a média das várias cadeiras por cada departamento, verifica-se que, transpondo os valores para uma escala equivalente de 1 a 5 (e excluindo os valores do Inglês, visto ser a única cadeira do Departamento), obtêm-se médias bastante semelhantes, embora somente um pouco inferiores quando se faz a média das cadeiras dos departamentos. Ainda assim, há a referir que o Departamento que sofre a maior descida é o das Ciências e Tecnologias Militares. Esta ligeira descida dever-se-á geralmente ao facto de haver nos departamentos cadeiras que registam valores excepcionalmente baixos, que contrastam com o valor-tipo das restantes.

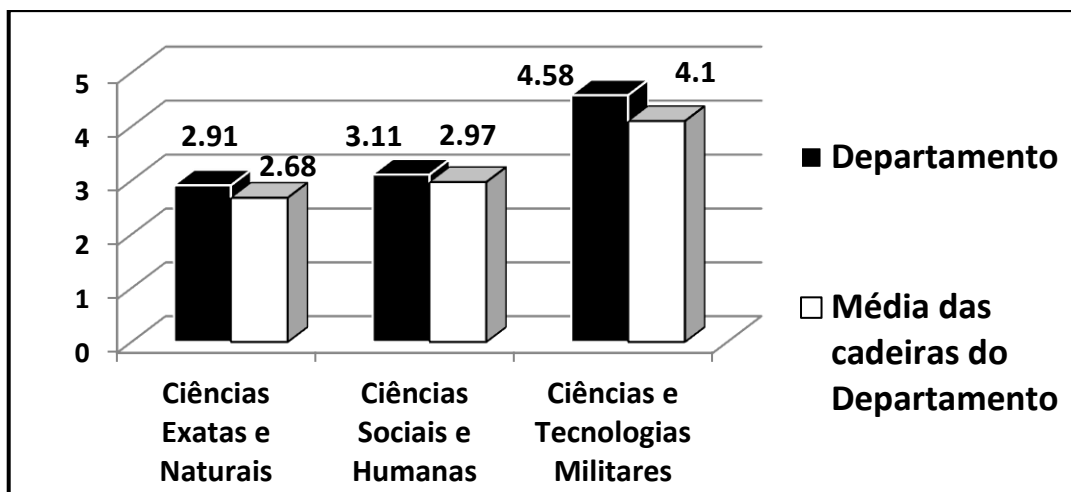


Figura 24 - Comparação entre as médias dos departamentos e das cadeiras de cada departamento

4.2. Entrevistas

O guião da entrevista incluiu oito questões, sendo aqui apresentadas as opiniões dos entrevistados somente na forma de uma curta sinopse do segmento das respostas que respondesse à pergunta. São apresentadas as perguntas, e a seguir o quadro-resumo das respostas.

1. O atual plano de estudos permite aos subalternos ter os necessários conhecimentos teórico-práticos para o desempenho das funções imediatas?

Quadro 1 - Formação teórica vs formação prática

Nº	Resposta
1	Sim, porque na AM temos a formação teórica e nas Escolas Práticas, temos a formação prática.
2	O balanceamento é o adequado.
3	Sim, e essa relação tem que respeitar normas para fora da instituição.
4	Não está mal, mas deveria haver mais prática. Há componentes teóricas de que não necessitamos.

De um modo quase transversal, todos os entrevistados concordam que o plano de estudos determina uma harmoniosa relação entre instruções práticas e teóricas, somente o entrevistado nº4 refere que deveria haver um reforço da componente prática, apesar de, como refere, a relação não ser de todo desequilibrada.

2. O atual currículo permite aos jovens oficiais ter bases que lhes possibilitem no futuro o prosseguir da formação necessária para progredir na carreira?

Quadro 2 - Bases para progressão na carreira

Nº	Resposta
1	Sim, porque quando chegamos ao CPC e CPOS vamos buscar conhecimentos que já não temos totalmente presentes, mas dos quais nos vamos recordar.
2	Sim. A nossa formação embora seja um pouco criticada, é bom ser assim generalista, porque podemos falar sobre uma grande variedade de assuntos.
3	Sim, existe certificação dentro do Exército e para fora da instituição.
4	Sim. As bases são muito importantes. Podem não ser na aplicação direta, mas são na apreensão de outros conhecimentos

De um modo transversal, os entrevistados afirmaram peremptoriamente que estavam garantidas as bases de formação essenciais para no futuro permitir a continuação de estudos e o aproveitamento em cursos de progressão na carreira.

3. O peso das várias componentes (treino físico 15%, treino militar 20% e formação académica 65%) encontra-se devidamente ajustado ao tempo despendido pelos alunos nas referidas áreas e à respetiva importância para os oficiais?

Quadro 3 - Peso dos vários grupos na classificação final

Nº	Resposta
1	Sim, a parte académica deve ter uma componente fundamental.
2	Sim, por causa da equiparação com outros países.

3	Sim, porque um profissional do Exército tem que ombrear com um profissional de fora da instituição, logo, a formação académica deve refletir o seu caráter essencial.
4	De grosso modo, sim. A formação académica é indiscutivelmente mais interessante. O mérito pessoal tem um peso importante, e o treino físico é essencial, também.

A totalidade dos entrevistados respondeu afirmativamente a esta questão, destacando e justificando a importância do elevado peso da formação académica para o oficial de Infantaria.

4. O atual balanceamento entre as cargas horárias investidas no ensino das ciências exatas e naturais e das ciências sociais e humanas é o adequado às necessidades do desempenho das funções futuras?

Quadro 4 - Tempo investido nas Ciências Sociais e Humanas e nas Ciências Exatas e Naturais

Nº	Resposta
1	Sim, está equilibrado.
2	Sim, e é importante que exista equilíbrio.
3	Sim, porque de tropa todo o militar percebe. No entanto, o oficial tem que dominar outros assuntos.
4	Peso das ciências sociais e humanas tem vindo a aumentar. Por um lado, é melhor. Por outro, perde-se raciocínio e capacidade de decisão.

Os oficiais entrevistados afirmaram que era necessário haver equilíbrio na formação entre estas duas áreas, dado que o oficial do Exército deveria estar o mais à vontade possível para falar sobre vários assuntos e dominar várias áreas do conhecimento, que o habilitem a discutir vários assuntos tendo conhecimento mínimo nas várias áreas.

5. O ensino da língua inglesa permite aos jovens oficiais facilmente cumprirem as missões e missões internacionais?

Quadro 5 - Ensino da Língua Inglesa

Nº	Resposta
1	Os Oficiais demonstram possuir o nível mínimo de Inglês exigido, no entanto, deve continuar a adaptar-se o ensino da língua de modo a melhorar o nível.
2	Acho que para o nível 3 (exigido internacionalmente) é o suficiente. Sem inglês, não temos hipótese nos cargos internacionais. Mas é necessário melhorarmos nesse campo.
3	Sim, os alunos agora têm mais destreza. No entanto, não é de excluir o Inglês ser uma prova de Ingresso.
4	Cada vez mais importante, permite aos oficiais estarem relativamente preparados para as missões, mas por vezes quando o nível inicial é muito baixo é difícil subi-lo, porque os alunos são muito heterogéneos.

O entrevistado nº1 afirmou peremptoriamente que, apesar das melhorias, havia ainda muita alteração a fazer para aprimorar o ensino do Inglês. De um modo similar, o entrevistado nº2 afirmou que o mínimo necessário estava garantido, mas que era ainda necessário melhorar o nível médio. O entrevistado nº4 foi o que deu o parecer mais positivo relativamente ao ensino da língua inglesa, no entanto, destacou que não seria de excluir o Inglês passar a ser prova de acesso, pelo que na Escola de Sargentos do Exército também o é. Este parecer vai de encontro à afirmação do entrevistado nº4, que afirma que como o nível inicial de alguns é muito baixo, é difícil subi-lo.

6. Há cadeiras que deveriam ser adicionadas ao currículo ou retiradas?

Quadro 6 - Cadeiras a acrescentar ou retirar ao currículo

Nº	Resposta
1	Sim, adicionar uma cadeira relacionada com a parte da problemática do

	tratamento das informações.
2	Sim. É necessário melhorarmos a nossa escrita e expressão oral, cada vez se fala e escreve menos bem.
3	Para responder a isso, é necessário estudar bem os currículos.
4	Sim. Deveria ser acrescentada alguma cadeira relacionada com administração de subunidades.

Nesta questão, somente o entrevistado nº3 não identificou, à partida, áreas que devessem ser incluídas no plano curricular. Os restantes oficiais identificaram uma lacuna numa área distinta a ser incluída no currículo. Assim, o entrevistado nº1 identificou o tratamento das informações, o entrevistado nº2 afirmou ser necessário haver reforço de formação relativa à expressão oral e escrita e o entrevistado nº4 apontou uma área mais estritamente militar, relacionada com a administração de subunidades.

7. Seria desejável diminuir a carga horária para permitir aos alunos desenvolver pesquisas extra aulas?

Quadro 6 - Carga horária

Nº	Resposta
1	Sim, mas para isso temos que fazer um estudo orientado no sentido de inculir nos alunos técnicas e hábitos de pesquisa.
2	Não, porque mesmo que tivéssemos tempo não íamos pesquisar.
3	Não. Embora seja necessário desenvolver mais pesquisa, o oficial também tem que se habituar a decidir e trabalhar sob stress.
4	Não, porque os alunos não estão mentalizados para pesquisar, se tiverem tempos livres, mas apenas se necessitarem.

Nesta questão, todos os entrevistados reconheceram a importância de os alunos desenvolverem pesquisa e estudo extra-aulas, no entanto, apenas o entrevistado nº1 afirmou que se devesse reduzir a mesma, fazendo a ressalva de que se deveria para isso orientar os alunos nesse estudo. Os entrevistados nº2 e nº4 tiveram uma opinião similar,

afirmando que os alunos não estavam mentalizados para a necessidade de efetuar pesquisas se para tal tivessem disponibilidade, mas se apenas a tal estivessem obrigados. O entrevistado nº 3 destacou que os oficiais deveriam estar habituados a agir e decidir em períodos curtos de tempo.

8. A frequência de Atividades Circum Escolares (ACE's) e desejável?

Quadro 7 - Frequência de ACE's

Nº	Resposta
1	Sim. Embora se empregue algum tempo que em certas alturas do ano seria importante, esta frequência permite desenvolver outras capacidades que não seria possível desenvolver nas aulas.
2	É fundamental termos um escape para o stress, para o cérebro poder descansar.
3	Sim, porque aprende-se a gerir melhor o tempo, inclusive.
4	Sim. Apesar de se perder tempo, ganha-se em outras coisas que também são muito importantes.

A opinião transversal aos entrevistados nesta questão é de que a frequência das ACE's é fundamental, referindo que o tempo não era gasto, mas sim bem investido, porque se adquiriam outras valências importantes para o oficial, tais como o aprimorar da capacidade de gestão do tempo e de planeamento, a par do salutar convívio com os alunos de outros estabelecimentos de ensino, configurando-se também como uma importante abstração das stressantes atividades letivas.

Capítulo 5

Conclusões e Recomendações

5.1. Resposta às perguntas derivadas / verificação das hipóteses

Relativamente à primeira pergunta derivada **“A frequência de ACE’s prejudica de tal modo o estudo que deva ser eliminada?”**, tanto os questionários como as entrevistas revelam que é empregue tempo nas mesmas, mas que estas trazem outras mais-valias que o plano de estudos não permite adquirir. Ou seja, apesar de se empregar tempo que em algumas épocas de maior exigência académica seria importante, continua não só a ser desejável, como indispensável. Deste modo, confirma-se a hipótese que era a seguinte: **“A frequência de ACE’s retira tempo ao estudo, no entanto, não deve ser eliminada”** .

A segunda questão derivada, recorde-se **“O peso dos vários grupos na classificação encontra-se devidamente ajustado ao tempo despendido pelos alunos nas referidas áreas, bem como à importância que as mesmas têm para o desempenho das futuras funções de oficial de Infantaria?”** despertou já alguma discordância nos pareceres obtidos. No que aos questionários refere, uma percentagem de subalternos próxima dos 62% afirmou que se dava demasiada ênfase à parte académica, e que a formação militar deveria possuir mais peso, em detrimento da primeira. Pelo contrário, os oficiais entrevistados (e que de algum modo estão ligados à formação), mostraram pareceres opostos, afirmando na sua totalidade que este balanceamento se encontrava adequado (de referir que aproximadamente 22% dos subalternos afirmou o mesmo). Ou seja, a maioria dos subalternos confirma a hipótese colocada (Deveria ser dada mais importância ao treino físico e militar e à formação comportamental em detrimento da formação académica), mas os entrevistados e uma percentagem considerável de subalternos discorda desta hipótese e afirma que o balanceamento é o adequado.

A questão derivada nº 3 **“O atual balanceamento entre as várias áreas da formação acadêmica é o adequado às necessidades do desempenho das funções futuras?”** obteve também um desfasamento entre os oficiais subalternos e os oficiais implicados na formação. Enquanto os questionários aplicados aos subalternos demonstram que a sua opinião é de que as áreas das ciências sociais e humanas e das ciências exatas e naturais têm “excesso de formação” comparativamente com a língua inglesa e as ciências e tecnologias militares, as entrevistas apontam para a importância de todas estas áreas e para um adequado equilíbrio existente entre as mesmas. Ou seja, do lado dos subalternos confirma-se a hipótese colocada (A formação deveria incidir mais sobre as áreas especificamente militares), mas do lado dos entrevistados, refuta-se.

A questão nº4 **“O ensino da língua Inglesa permite aos alunos expressarem-se e entenderem a língua?”** mostrou uma considerável concordância entre os subalternos e os entrevistados, afirmando os subalternos conseguir comunicar minimamente em Inglês, mas talvez não suficientemente bem, o que vai de encontro à apreciação dos oficiais entrevistados, que afirmam que os mínimos estão garantidos, mas que devíamos melhorar. De salientar que um dos entrevistados levantou uma premissa importante, que se verificou também nos questionários: devia-se apostar mais em treinar a expressão em língua inglesa, o que se confirma com os questionários, dado os subalternos demonstrarem que sentiam mais dificuldades em expressar-se em Inglês do que em entender. Ou seja, confirma-se a hipótese inicialmente levantada (Os oficiais possuem conhecimentos que lhes permitem, quando necessário, comunicar em Inglês).

A questão nº5 **“A Academia Militar fornece aos seus alunos suficientes conhecimentos no âmbito do trabalhar com meios informáticos?”**, à qual se colocou a hipótese de que os oficiais sentiam alguma dificuldade em trabalhar com os meios informáticos foi refutada, dado que os questionários aplicados aos subalternos demonstraram considerável à vontade a trabalhar com estas ferramentas.

A sexta e última questão derivada **“Os alunos possuem tempo e conhecimentos suficientes para o desenvolvimento do seu trabalho final de curso?”**, à qual se propôs a hipótese de que o tempo escasso era a principal dificuldade que os alunos tinham para o desenvolvimento do seu TIA, bem como pouco conhecimento de metodologia científica confirmou-se em parte, dado o “ter pouco tempo” não ter sido uma das dificuldades apontadas, mas sim a falta de conhecimento sobre metodologia científica.

5.2. Resposta à pergunta central

Depois de concluído o estudo, e em resposta à pergunta central (Quais as perspectivas dos subalternos de Infantaria em relação à formação inicial recebida na Academia Militar?), verifica-se uma tendência crescente de considerar a carga horária cada vez mais elevada ao longo dos anos, para a qual contribui a frequência de ACE's, sendo a participação nestas atividade importante e desejável pois permite o desenvolver de outras capacidades mais informais.

Os subalternos consideram a distribuição da carga horária (bem como do peso na classificação final) desequilibrada em relação àquilo que um subalterno necessita para o desempenho das suas funções, em que a formação académica está sobrevalorizada em relação à formação militar e comportamental.

No que toca à formação académica, os subalternos consideram unanimemente que deveria haver mais formação nas cadeiras especificamente militares e na língua inglesa em detrimento das ciências exatas e das ciências sociais. No entanto, esta formação generalista é crucial para os oficiais possuírem aquilo que os mesmos consideram como um nível de cultura geral tendencialmente superior em relação a ex-alunos de outros estabelecimentos de ensino superior.

No que toca ao ensino da Língua Inglesa, os jovens oficiais possuem conhecimentos e traquejo mínimo que lhes permite o cumprimento das suas funções mesmo em missões no estrangeiro onde o Inglês é essencial; todavia, deveria haver mais ênfase no ensino da língua Inglesa, principalmente no que toca ao desenvolvimento da capacidade de expressão.

Relativamente ao trabalhar com meios informáticos, os subalternos sentem-se (ao contrário daquilo que se esperava), na generalidade, com considerável à-vontade quando necessitam de utilizar estas ferramentas para o desempenhar das suas funções, não demonstrando grandes dificuldades. Já dentro do treino físico, uma maioria dos oficiais considera que deveria haver um reforço do treino de resistência e em desportos de luta e combate. Os subalternos apontam, na elaboração dos seus trabalhos finais de curso. Ter tido grandes dificuldades devido ao pouco conhecimento de metodologia científica.

5.3. Dificuldades e limitações

A maior dificuldade na elaboração deste trabalho prendeu-se com o gerir do curto tempo de dedicação exclusivo desta tarefa. Um trabalho de investigação desta envergadura requer a leituras e trocas de impressões com especialistas na área, posterior pesquisa bibliográfica sobre o assunto e acima de tudo muito estudo sobre metodologia da investigação, nomeadamente sobre como elaborar os instrumentos de recolha de dados e de como os tratar posteriormente. Todo este trabalho (não incluindo aqui a redação do trabalho escrito) deveria ser efetuado antes do início do tempo de dedicação exclusiva. Entende-se no entanto que não será possivelmente possível aumentar o tempo de dedicação exclusiva no último ano, por isso sugere-se que os temas sejam formulados ao longo do terceiro ano, para que no final deste os alunos tenham já atribuído o tema e possam começar a trabalhar em torno do mesmo (há também que ter em conta que as especificidades do Tirocínio para Oficial de Infantaria).

Tal como apontado pelos subalternos de Infantaria, a maior dificuldade na elaboração do trabalho foi mesmo o pouco conhecimento sobre metodologia científica, sendo que se considera que o Seminário do Relatório de Estágio, nos atuais moldes, não preenche certamente esta lacuna. Resumidamente, sugere-se um reforço de formação nesta área.

Outra das dificuldades consistiu na obtenção de respostas ao questionário por parte dos subalternos (dado o empenhamento em missões ou exercícios); dificuldade que foi aumentada pelo facto pouco compreensível de os alunos da Academia Militar não possuir acesso à Intranet do Exército. No que concerne às entrevistas, por um lado, importa reconhecer que seria desejável um maior aprofundamento das respostas; por outro lado também seria importante realizar mais entrevistas, o que não foi possível por imperativos de tempo e de disponibilidade dos potenciais entrevistados.

5.4. Recomendações e investigações futuras

Para futuras investigações, nomeadamente em Trabalhos de Investigação Aplicada, sugere-se o alargamento do estudo não só a outros postos, mas também a outras armas ou serviços, de forma a estabelecer comparações e daí retirar elações.

Como referido no subtítulo 5.3., relativamente às dificuldades apresentadas, seria de todo desejável os alunos da Academia Militar, principalmente aqueles que se encontram a desenvolver os seus trabalhos finais de curso possuírem acesso à Intranet do Exército, pois lhes permitiria não só facilidade de comunicação com outros militares, mas principalmente porque permitiria o acesso a certos documentos e publicações que muitas das vezes são importantes, mas não são de acesso fácil.

Referências bibliográficas

- Academia Militar (2008). *PLESMIL 2008/2009*. Lisboa.
- Academia Militar. (2008b). *RELATÓRIO Concretização dos objectivos do Processo de Bolonha na Academia Militar. Ano lectivo 2007-2008*. Lisboa.
- Academia Militar (2008a). *Website da Academia Militar*. Retirado: Fevereiro, 29, 2012, de <http://www.academiamilitar.pt/>.
- Academia Militar. (2009). *RELATÓRIO Concretização dos objectivos do Processo de Bolonha na Academia Militar. Ano lectivo 2008-2009*. Lisboa
- Academia Militar (2011). Norma para a redacção do trabalho científico final. Lisboa.
- Direção Geral do Ensino Superior (2008a). A rede de ensino superior. *Website Oficial da DGES*. Retirado: Fevereiro, 23, 2012, de <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Rede/Ensino%20Superior>.
- Direção Geral do Ensino Superior (2008b). Rede Publica do Ensino Superior. *Website Oficial da DGES*. Retirado: Fevereiro, 25, 2012, de <http://www.dges.mctes.pt/DGES/Templates/ArtigoGenerico.aspx?NRMODE=Published&NRORIGINALURL=%2fDGES%2fpt%2fEstudantes%2fRede%2fEnsino%2bSuperior%2fEstabelecimentos%2fRede%2bP%25C3%25BAblica%2f&NRNODEGUID=%7bF4213181-E841-4148-B354-921BBADF686E%7d&NRCACHEHINT=NoModifyGuest#milit>.
- Berbaum, J. (1993). *Aprendizagem e formação*. Lisboa: Ed. Porto Editora
- Borges, J. J. (2003). *Uma Cronologia da História do Ensino Superior Militar em Portugal*. Retirado: Março, 23, 2012 de <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=128>
- Bravo, A. B. (2008). O Ensino Superior Militar: a necessidade de uma visão estratégica. *Proelium*, nº9. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 59/2009* (2009). Diário da República, 1ª Série, de 4 de Março – Estatuto dos Militares das Forças Armadas.
- Decreto-Lei n.º 231/2009* (2009). Diário da República 1ª série, de 15 de Setembro – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas

- Direção Geral do Ensino Superior (2012). *O Processo de Bolonha*. Retirado: Fevereiro, 22, 2012, de www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/
- Eco, H. (2007). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. 13ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.
- Estado-Maior do Exército (2002). *Regulamento Geral da Instrução do Exército*. Lisboa.
- Estado-Maior do Exército (2005) *Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército*. Lisboa.
- Estado Maior do Exército (2011). *Transformação do Exército no período 2010-2011*. Lisboa: Gabinete do Chefe de Estado Maior do Exército.
- European University Association (2007). *Lisbon Military Academy: EUA Evaluation Report*. Retirado: Maio, 15, 2012 de <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/68435AED-89FC-4F6C-B273-6D32F8E05A2B/2827/MilitaryAcademyFinalReport.pdf>.
- Exército Português (2012). *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-00 OPERAÇÕES*. Lisboa.
- Ferreira, J. B. (2006). *A reestruturação do Ensino Superior Militar; O Processo de Bolonha e a Universidade das Forças Armadas*. Retirado: Março, 19, 2012 de http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=297.
- Hill, A. e Hill, M. (2009), *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Hortale A. H. e Mora J-G (2004). *Tendências das Reformas da Educação Superior na Europeano contexto do processo de Bolonha*. Retirado: Junho, 12, 2012 de <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a14v2588.pdf>.
- Maroco, J. e Marques, T. (2006), *Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?* Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Retirado: Julho, 15, 2012 de [http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/133/1/LP%204\(1\)%20-%2065-90.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/133/1/LP%204(1)%20-%2065-90.pdf).
- Nicau, R., Junqueira e J., Pires, R. (2009). *O Exército nos Trilhos da Cooperação*. Lisboa: Offset Artes Gráficas S.A.
- Pena, A. O. (2010). *Curso de Doutoramento em Ciências Militares*. Retirado: Março, 19, 2012 de <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=561>.
- Pereira, A. (2008). *Guia Prático de Utilização do SPSS – Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo.

- Pereira, A. e Poupa, C. (2008). *Como Escrever uma tese, monografia ou Livro Científico usando o Word*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Quivy, R. e Campenhout, L. (2009). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Santos, J. J. (2005). *Especialização versus generalização dos oficiais do quadro permanente – implicações na formação (inicial e posterior) nas carreiras e na gestão de recursos humanos. Modelo a considerar para o Exército*. Trabalho de Investigação de Longa Duração, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, Portugal.
- Santos, J. R. (2006a). Modelos de análise da profissão militar. *Episteme, Revista Multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa* VI, 2ª série (15-16-17), 209-252.
- Santos, J. R. (2006b). *O papel das Ciências Sociais na formação dos Oficiais*. Retirado: Março, 30, 2012 de http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/form_oficiais.pdf.
- Silva, A. d. (Coord.) (2006). *Das Competências à Excelência - Modelo de Competências do Oficial do Exército Oriundo da Academia Militar*. Lisboa: Centro de Psicologia Aplicada do Exército e Academia Militar: Texto policopiado.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* (2.ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Simão, José et al. (2003) *Ensino Superior: Uma visão para a próxima década* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Talhinhas, C. P. (2006). *Bolonha, o Ensino Superior Militar e a Qualidade*. Retirado: Março, 19, 2012 de http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=361.
- Telo, A. J. (2008). A Sempre Instável Equação – Conflitos e Transformação da Defesa. *Cadernos do Instituto de Defesa Nacional*, nº1.
- Tuckman, W. T. (2005). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vieira, G. B. (2003). Modelos de Sistemas de Ensino Superior Militar. *Revista Militar*, nº 2451.

Apêndices

Apêndice A – Questionário

A Formação no Curso de Infantaria

Este questionário surgiu no âmbito da elaboração do Trabalho de investigação Aplicada (TIA), a ser realizado pelo Aspirante Aluno de Infantaria Luís Silva, com o tema “A Formação de oficiais subalternos na AM: perspectivas dos oficiais de Infantaria”.

Este inquérito tem como finalidade a recolha de informações relativas às perceções que os oficiais subalternos de infantaria possuem acerca da estrutura curricular do respetivo Curso da Academia Militar. Este inquérito é confidencial, sendo os dados recolhidos apenas utilizados para fins estatísticos.

Obrigado pela disponibilidade
Asp Al Inf Luís Silva

*Obrigatório

1 - DADOS BIOGRÁFICOS

1.1 - Posto *

- Alferes
 Tenente

1.2 - Idade *

1.3 - Ano de ingresso no quadro *

1.4 - Repetente na Academia Militar? *

- Sim
 Não

1.5 - Nota final de Curso *

1.6 - Distrito onde nasceu *

1.7 - Distrito onde reside *

1.8 - Estado civil *

- Casado
 Numa relação

- Solteiro
- Viúvo ou divorciado

2 - DADOS SOBRE A VIDA MILITAR

2.1 - U/E/O onde está atualmente colocado *

2.2 - Função que desempenha atualmente *

- Comandante de Companhia
- 2º Comandante de Companhia
- Comandante de pelotão ou equivalente
- Instrução
- Outra

2.3 - Distância aproximada de sua casa à U/E/O onde está colocado *

- Menos de 25 km
- De 25 a 50 km
- De 50 a 100 km
- De 100 a 200 km
- Mais de 200 km

2.4 - Outras U/E/O onde já esteve colocado *

2.5 - Se tem algum Curso de Tropa Especial, assinale

- Comandos
- Operações Especiais
- Pára-quedistas

2.6 - Já esteve em missões no estrangeiro? *

- Sim
- Não

3 - PERCEÇÃO QUANTO AO CURSO

3.1 - Atualmente, para cálculo da nota final, os pesos dos vários grupos é: 65% formação académica, 20% formação militar e comportamental e 15% treino físico. Como avalia esta distribuição? *

- O peso dos vários grupos é o adequado
- Deveria ter mais peso a parte académica em detrimento do treino físico
- Deveria ter mais peso a parte académica em detrimento da formação militar e comportamental
- Deveria ter mais peso o treino físico em detrimento da formação académica
- Deveria ter mais peso o treino físico em detrimento da formação militar e comportamental

- Deveria ter mais peso a formação militar e comportamental em detrimento da formação acadêmica
- Deveria ter mais peso a formação militar e comportamental em detrimento do treino físico

3.2 - Relativamente ao seu trabalho final de Curso, assinale a ou as dificuldades que mais sentiu: *

- Não senti grandes dificuldades
- Falta de conhecimento sobre metodologia científica
- Dificuldade na comunicação com os oficiais
- Falta de apoio/conhecimento do orientador
- Tema pouco aliciante/motivador
- Tratamento estatístico dos dados
- Recolha de informação
- Outras

3.3 - Sente dificuldades em expressar-se em inglês? *

- Sem dificuldades
- Poucas dificuldades
- Algumas dificuldades
- Muitas dificuldades

3.4 - Sente dificuldades em entender o inglês? *

- Sem dificuldades
- Poucas dificuldades
- Algumas dificuldades
- Muitas dificuldades

3.5 - Como classifica os seus conhecimentos de cultura geral, em comparação com outros ex-alunos de outros estabelecimentos de ensino superior? *

- Muito superiores
- Superiores
- Equivalentes
- Inferiores
- Muito inferiores

3.6 - Considera a carga horária do Curso da Academia Militar demasiado exagerada? *

- Concordo Totalmente
- Concordo
- Nem concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo Totalmente

3.7 - Considera que a frequência de ACE's prejudica o desempenho académico? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

3.8 - Relativamente a trabalhar com meios informáticos, costuma sentir dificuldades? *

- Sempre
- Muitas vezes
- Algumas vezes
- Raramente
- Nunca

3.9 - Relativamente ao Treino Físico, em que áreas acha que deveria haver mais treino? *

- Nenhuma. É o adequado.
- Treino de Força Inferior
- Treino de Força Superior
- Treino de Resistência
- Treino de velocidade / agilidade
- Desportos de luta / combate
- Outra:

4 - PERCEÇÃO QUANTO À FORMAÇÃO ACADÉMICA

4.1 - Diga em quais das áreas acha que deveria ter tido menos (1) ou mais (5) formação. *
 Assinale o número que achar mais indicado)

	1	2	3	4	5
Ciências Exatas e Naturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ciências Sociais e Humanas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ciências e Tecnologias Militares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Línguas Estrangeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.2 - Relativamente à atual estrutura curricular, classifique a importância que as várias cadeiras têm para um oficial de infantaria *

Assinale de 1 a 5 se as mesmas foram pouco ou muito importantes, respetivamente.

	1	2	3	4	5
Logística	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Organização Militar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Organização do Terreno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tática Geral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Tática de Infantaria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Elementos de Armamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sistemas de Armas da Manobra e Tiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sistemas de Armas de Infantaria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Teoria Geral da Estratégia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Geografia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Probabilidades e Estatística	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ética e Liderança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Teoria das Relações Internacionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
História Militar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
História de Portugal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Matemática Geral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Álgebra Linear	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Introdução à Programação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bases de Dados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sistemas Computacionais e de Comunicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Investigação Operacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Física	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Química	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Topografia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Administração e Finanças Públicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gestão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gestão de Recursos Humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Seminário de Relatório de Estágio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Introdução às Ciências Sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Metodologia da Comunicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sociologia Militar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gestão da Comunicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ciência Política e Direito Constitucional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Direito Administrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Noções Fundamentais de Direito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Alguma consideração / conselho que deseje acrescentar?

Apêndice B – Guião da Entrevista



ACADEMIA MILITAR

Entrevista

**A formação de oficiais subalternos na Academia Militar –
perspetiva dos Oficiais de Infantaria**

Autor

Asp Al Inf Luís Silva

Orientadora:

Professora Doutora Ana Maria Romão

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, 3 de Abril de 2012**

Carta de Apresentação

Esta entrevista insere-se no âmbito de um Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares, especialidade de Infantaria, subordinado ao tema “A formação de oficiais subalternos na Academia Militar: perspectivas dos oficiais de Infantaria”.

O objectivo da entrevista é recolher dados relativos à evolução dos planos de estudos, bem como possíveis direcções de reformulação para o futuro.

Para operacionalizar o trabalho pretende-se realizar entrevistas às entidades que estão diretamente ligadas ao planeamento dos currículos do curso de infantaria, bem como a outras que tenham estado envolvidas em grupos de trabalho relacionados com o tema ou personalidades de renome com conhecimentos na área. Deste modo, é fundamental para a realização da parte prática do trabalho de investigação entrevistar V. Ex.^a.

Esta entrevista será essencial para o desenvolvimento de um inquérito por questionário, que irá permitir verificar como os oficiais subalternos de infantaria avaliam a formação recebida na Academia Militar. Desta forma solícito a V. Ex.^a que me conceda esta entrevista que servirá de suporte para atingir os objectivos desta investigação.

O meu muito obrigado pela sua colaboração,
Luís Carlos Martins da Silva
ASP INF

GUIÃO DA ENTREVISTA

Tema: “A formação de oficiais subalternos na Academia Militar: perspetivas dos oficiais de Infantaria”.

Entrevistador: Aspirante Aluno de Infantaria Luís Carlos Martins da Silva

Entrevistados:

- **Entrevistado 1:** Diretor do Curso de Infantaria
- **Entrevistado 2:** Diretor de Formação da Escola Prática de Infantaria
- **Entrevistado 3:** TCor Gualdino Antão
- **Entrevistado 4:** Diretor do Tirocínio para Oficial de Infantaria

Objectivos Gerais:

- Verificar a relação entre as instruções teóricas e as instruções práticas
- Perceber o binómio formação para o desempenho de funções imediatas (subalterno) vs obtenção de bases para o adquirir de competências para o desempenho de funções futuras (oficial superior), quando o período normal de subalterno são 5 anos
- Qual a importância do ensino da língua inglesa para o desempenho das missões nos atuais e recentes teatros de operações
- Verificar qual o peso que deveriam ter os vários grupos (nota académica, treino físico e treino militar) na nota final
- Perceber quais as áreas que deveriam ter reforço de formação, bem como o oposto.
- Averiguar possíveis cadeiras a incluir no plano de estudos, assim como cadeiras a retirar.

Nome Completo: _____

Posto: _____

Arma/Serviço: _____

Cargo/Função: _____

Data: _____

Hora de início: _____

Hora de Fim: _____

Unidade/Local: _____

Blocos Temáticos

Bloco A: Apresentação da Entrevista

Bloco B: Formação inicial vs formação ao longo da vida

Bloco C: As várias componentes da formação

Bloco D: A formação académica

Bloco E: A carga horária

Blocos	Objectivos	Formulário de Perguntas	Notas
Bloco A Apresentação da Entrevista	-Apresentação do entrevistador; -Explicar os objectivos gerais da entrevista;	1. Qual o seu nome completo? 2. Qual o seu posto? 3. Qual a sua arma ou serviço? 4. Qual a função que desempenha?	-Referir ao entrevistado os objectivos do trabalho. -Perguntar se a entrevista pode ser gravada. -Referir que alguns dados têm que ser pedidos apesar de serem conhecidos apenas por motivos de registo -Criar um bom ambiente.
Bloco B: Formação inicial vs formação ao longo da vida	Perceber o equilíbrio entre a formação virada para o desempenho imediato das funções de subalterno e a aquisição de competências no futuro, para o desempenho das funções de oficial superior.	5. Os objectivos do curso de Infantaria encontram-se, na generalidade, bem definidos e são adequados ao desempenho das previsíveis funções de subalterno? 6. O atual plano de estudos permite aos subalternos ter os necessários conhecimentos teórico-práticos para o desempenho das funções imediatas? 7. O atual currículo permite aos jovens oficiais ter bases que lhes possibilitem no futuro o prosseguir da formação necessária para progredir na carreira?	- Tentar que o entrevistado diga mais algo sobre o assunto do que o que é perguntado.
Bloco C: As várias componentes da formação	Perceber o equilíbrio existente entre as várias componentes da formação: treino físico, formação académica e formação militar e comportamental	8. O atual peso das várias componentes (treino físico 15%, treino militar 20% e formação académica 65%) encontra-se devidamente ajustado ao tempo despendido pelos alunos nas referidas áreas? 9. O atual balanceamento das várias componentes reflete a importância dos vários grupos para o desempenho das funções futuras de subalterno?	- Tentar que o entrevistado diga mais algo sobre o assunto do que o que é perguntado
		10. O atual balanceamento	

<p>Bloco D: A formação académica</p>	<p>Verificar alguma incongruência na formação</p>	<p>entre as cargas horárias investidas no ensino das ciências exatas e naturais e das ciências sociais e humanas é o adequado às necessidades do desempenho das funções futuras?</p> <p>11. O ensino da língua inglesa permite aos jovens oficiais facilmente cumprirem as missões e missões internacionais?</p> <p>12. Há cadeiras que deveriam ser adicionadas ao currículo ou retiradas?</p>	<p>- Tentar que o entrevistado diga mais algo sobre o assunto do que o que é perguntado</p>
<p>Bloco E: A carga horária</p>	<p>Verificar se a carga horária não é demasiado elevada</p>	<p>13. A atual carga horária permite aos alunos desenvolverem pesquisas extra aulas?</p> <p>14. A frequência de Atividades Circum Escolares (ACE's) é desejável?</p> <p>15. A diminuição da atual carga horária seria desejável?</p>	<p>- Tentar que o entrevistado diga mais algo sobre o assunto do que o que é perguntado</p>

Apêndice C – Determinação da margem de erro e da validade do estudo

De acordo Sarmiento (2008), a fórmula para calcular o tamanho de uma amostra aleatória simples (n), para uma população finita (N), quando se pretende estimar uma proporção (ρ), segundo uma normal estandardizada ($Z^{\alpha/2}$) e um nível de precisão (D), é a seguinte:

$$n = \frac{\rho \times (1 - \rho)}{\frac{D^2}{(Z^{\alpha/2})^2} + \frac{\rho \times (1 - \rho)}{N}}$$

No entanto, e como possuímos já a amostra (81), e sendo a população (N) 130, importa calcular então a margem de erro.

Segundo Sarmiento (2008, p.27), para se considerar um estudo “Importante”, ou seja, o correspondente a um nível de confiança de 95%, a normal estandardizada ($Z^{\alpha/2}$) é de 1,96. A proporção (ρ) varia entre zero e 1, e quando é desconhecida, adota-se o valor mais pessimista (0,5).

Assim, e conhecendo já todas as variáveis da fórmula em cima, calcula-se então a margem de erro (D) através da equação acima, substituindo os valores conhecidos e isolando a variável D . Obtém-se portanto uma margem de erro de 6,69%, como demonstram os cálculos abaixo:

$$81 = \frac{0,5 \times (1 - 0,5)}{\frac{D^2}{(1,96)^2} + \frac{0,5 \times (1 - 0,5)}{130}}$$

$$\frac{D^2}{1,96^2} + \frac{0,25}{130} = \frac{0,25}{81}$$

$$D^2 = 1,96^2 \times \frac{0,25}{81} - \frac{0,25}{130}$$

$$D = \sqrt{1,96^2 \times \left(\frac{0,25}{81} - \frac{0,25}{130}\right)}$$

$$D = 0,066851311 = 6,69\%$$

Anexos

Anexo A – Declaração de Bolonha

The Bologna Declaration of 19 June 1999 Joint declaration of the European Ministers of Education

The European process, thanks to the extraordinary achievements of the last few years, has become an increasingly concrete and relevant reality for the Union and its citizens. Enlargement prospects together with deepening relations with other European countries provide even wider dimensions to that reality.

Meanwhile, we are witnessing a growing awareness in large parts of the political and academic world and in public opinion of the need to establish a more complete and far-reaching Europe, in particular building upon and strengthening its intellectual, cultural, social, scientific, and technological dimensions.

A Europe of Knowledge is now widely recognized as an irreplaceable factor for social and human growth and as an indispensable component to consolidate and enrich the European citizenship, capable of giving its citizens the necessary competences to face the challenges of the new millennium, together with an awareness of shared values and belonging to a common social and cultural space.

The importance of education and educational co-operation in the development and strengthening of stable, peaceful and democratic societies is universally acknowledged as paramount, the more so in view of the situation in South East Europe.

The Sorbonne declaration of 25th of May 1998, which was underpinned by these considerations, stressed the Universities' central role in developing European cultural dimensions. It emphasized the creation of the European area of higher education as a key way to promote citizens' mobility and employability and the Continent's overall development.

Several European countries have accepted the invitation to commit themselves to achieving the objectives set out in the declaration, by signing it or expressing their agreement in principle. The direction taken by several higher education reforms launched in the meantime in Europe has proved many Governments' determination to act.

European higher education institutions, for their part, have accepted the challenge and taken up a main role in constructing the European area of higher education, also in the wake of the fundamental principles laid down in the Bologna Magna Charta Universitatum of 1988. This is of the highest importance, given that Universities' independence and autonomy ensure that higher education and research systems continuously adapt to changing needs, society's demands and advances in scientific knowledge.

The course has been set in the right direction and with meaningful purpose. The achievement of greater compatibility and comparability of the systems of higher education nevertheless requires continual momentum in order to be fully accomplished. We need to support it through promoting concrete measures to achieve tangible forward steps. The 18th June meeting saw participation by authoritative experts and scholars from all our countries and provides us with very useful suggestions on the initiatives to be taken.

We must in particular look at the objective of increasing the international competitiveness of the European system of higher education. The vitality and efficiency of any civilization can be measured by the appeal that its culture has for other countries. We need to ensure that the European higher education system acquires a world-wide degree of attraction equal to our extraordinary cultural and scientific traditions.

While affirming our support to the general principles laid down in the Sorbonne declaration, we engage in co-ordination with our policies to reach in the short term, and in any case within the first decade of the third millennium, the following objectives, which we consider to be of primary relevance in order to establish the European area of higher education and to promote the European system of higher education world-wide:

Adoption of a system of easily readable and comparable degrees, also through the implementation of the Diploma Supplement, in order to promote European citizens employability and the international competitiveness of the European higher education system

Adoption of a system essentially based on two main cycles, undergraduate and graduate. Access to the second cycle shall require successful completion of first cycle studies, lasting a minimum of three years. The degree awarded after the first cycle shall also be relevant to the European labor market as an appropriate level of

qualification. The second cycle should lead to the master and/or doctorate degree as in many European countries.

Establishment of a system of credits - such as in the ECTS system – as a proper means of promoting the most widespread student mobility. Credits could also be acquired in non-higher education contexts, including lifelong learning, provided they are recognized by receiving Universities concerned.

Promotion of mobility by overcoming obstacles to the effective exercise of free movement with particular attention to:

- for students, access to study and training opportunities and to related services
- for teachers, researchers and administrative staff, recognition and valorization of periods spent in a European context researching, teaching and training, without prejudicing their statutory rights.

Promotion of European co-operation in quality assurance with a view to developing comparable criteria and methodologies.

Promotion of the necessary European dimensions in higher education, particularly with regards to curricular development, inter institutional co-operation, mobility schemes and integrated programs of study, training and research.

We hereby undertake to attain these objectives - within the framework of our institutional competences and taking full respect of the diversity of cultures, languages, national education systems and of University autonomy – to consolidate the European area of higher education. To that end, we will pursue the ways of intergovernmental co-operation, together with those of nongovernmental European organizations with competence on higher education. We expect Universities again to respond promptly and positively and to contribute actively to the success of our endeavor.

Convinced that the establishment of the European area of higher education requires constant support, supervision and adaptation to the continuously evolving needs, we decide to meet again within two years in order to assess the progress achieved and the new steps to be taken.

Anexo B – Plano de Estudos do Curso de Infantaria (2008)

Plano de Estudos 1º Ano		Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria				Visto		ECTS
						Fernando Manuel Paiva Monteiro Tenente-General		
Código	Unidades Curriculares	Semestre	TE Semanais		TE Semestrais		ECTS	
					1º Sem.	2º Sem.		
H222	Metodologia da Comunicação	1S		3		45	4	
H311	Noções Fundamentais de Direito	1S	3		45		6	
M321	Geografia	1S	3		45		4	
N111	Matemática Geral I	1S	5		75		8	
N221	Química	1S	5		75		6	
H211	Introdução às Ciências Sociais	2S		3		45	5	
M111	Organização Militar	2S		3		45	3	
M121	Organização do Terreno	2S		3		45	4	
M412	História de Portugal	2S		3		45	4	
N124	Álgebra Linear	2S		5		75	6	
N131	Introdução à Programação	2S		3		45	6	
I111	Inglês I	1S	3		45		2	
I112	Inglês II	2S		3		45	2	
F111	Formação Geral Militar I	A	3	3	45	45	---	
F211	Educação Física I	A	5	5	75	75	---	
Total de TE semanais			30	30				
Total de ECTS							60	

Plano de Estudos 2º Ano		Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria				Visto		ECTS
						Fernando Manuel Paiva Monteiro Tenente-General		
Código	Unidades Curriculares	Semestre	TE Semanais		TE Semestrais		ECTS	
					1º Sem.	2º Sem.		
E316	Sistemas Computacionais e de Comunicação	3S	3		45		4	
H241	Sociologia Militar	3S	3		45		4	
M131	Tática Geral e Operações Militares I	3S	3		45		4	
M414	História Militar I	3S	2		30		4	
N112	Matemática Geral II	3S	5		75		7	
N311	Topografia I	3S	4		60		6	
H317	Noções Gerais de Direito Administrativo	4S		4		60	5	
M132	Tática Geral e Operações Militares II	4S		3		45	4	
N133	Bases de Dados	4S		3		45	5	
N211	Física	4S		5		75	6	
N312	Topografia II	4S		4		60	7	
I113	Inglês III	3S	3		45		2	
I114	Inglês IV	4S		3		45	2	
F112	Formação Geral Militar II	A	3	3	45	45	---	
F212	Educação Física II	A	5	5	75	75	---	
Total de TE semanais			31	30				
Total de ECTS							60	

Anexo B – Plano de Estudos do Curso de Infantaria

Plano de Estudos 3º Ano		Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria				Visto Fernando Manuel Paiva Monteiro Tenente-General	
Código	Unidades Curriculares	Semestre	TE Semanais		TE Semestrais		ECTS
					1º Sem.	2º Sem.	
H131	Introdução à Gestão	5S	3		45		6
H314	Noções Fundamentais de Ciência Política e Direito Constitucional	5S	4		60		5
M151	Logística	5S	3		45		4
M415	História Militar II	5S	3		45		5
N125	Probabilidades e Estatística	5S	5		75		6
H133	Gestão de Recursos Humanos	6S		3		45	6
H223	Gestão da Comunicação	6S		3		45	5
H333	Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados	6S		3		45	5
H411	Pedagogia da Educação Física	6S		3		45	4
M211	Elementos de Armamento	6S		3		45	4
N151	Investigação Operacional	6S		5		75	6
I115	Inglês V	5S	3		45		2
I116	Inglês VI	6S		3		45	2
F113	Formação Geral Militar III	A	3	3	45	45	---
F213	Educação Física III	A	5	5	75	75	---
Total de TE semanais			29	31			
Total de ECTS							60

Plano de Estudos 4º Ano		Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria				Visto Fernando Manuel Paiva Monteiro Tenente-General	
Código	Unidades Curriculares	Semestre	TE Semanais		TE Semestrais		ECTS
					1º Sem.	2º Sem.	
M133	Tática de Infantaria I	7S	8		120		11
M222	Sistemas de Armas da Manobra e Tiro	7S	4		60		9
M311	Ética e Liderança	7S	4		60		5
M421	Teoria das Relações Internacionais	7S	4		60		5
H114	Administração e Finanças Públicas	8S		3		45	4
H251	Seminário de Relatório de Estágio	8S		1		15	-
M134	Tática de Infantaria II	8S		9		135	11
M212	Sistemas de Armas de Infantaria	8S		5		75	7
M322	Teoria Geral da Estratégia	8S		3		45	4
I117	Inglês VII	7S	2		30		2
I118	Inglês VIII	8S		2		30	2
F114	Formação Geral Militar IV	A	3	3	45	45	---
F214	Educação Física IV	A	5	5	75	75	---
Total de TE semanais			30	31			
Total de ECTS							60

Plano de Estudos 5º Ano		Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria				Visto Fernando Manuel Paiva Monteiro Tenente-General	
Código	Unidades Curriculares	Semestre	TE Semanais		TE Semestrais		ECTS
					1º Sem.	2º Sem.	
	Tirocínio para Oficial	Anual					60
Total de ECTS							60